

2. As visitas guiadas e a representação do passado histórico no tempo presente

Neste capítulo, o objetivo é identificar de que forma o passado histórico da região, sobretudo a escravidão, está sendo representado nas visitas guiadas organizadas pelas antigas fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense nos dias atuais, para qual tipo de público se direciona e quais os agentes envolvidos na organização dessas atividades. Desse modo, se pretende verificar a contribuição das visitas guiadas para a formação de uma cultura histórica entre o grande público e identificar quais memórias e histórias acerca da escravidão circulam com mais recorrência entre os visitantes.

Para tanto, é importante levar em consideração a ideia de que os discursos produzidos por guias e proprietários através das visitas são discursos interessados, ou seja, não é qualquer memória e história que estarão presentes nessas narrativas. Para além disso, se deve destacar o fato de que tais discursos são construídos com a finalidade de serem vendidos a grupos e/ou indivíduos, o que nos faz ter a percepção de que as fazendas nos dias de hoje assumem como um de seus papéis sociais a divulgação do passado a um público consumidor.

A análise que será feita ao longo deste capítulo levará em consideração as seguintes questões: o que está sendo contado pelas visitas guiadas? De que forma as narrativas produzidas estão sendo contadas ao grande público? Qual o interesse em contá-las? As visitas guiadas possuem roteiros? Quem os produz e os apresenta ao grande público? Qual é a história da escravidão que está sendo contada? Qual é o público que consome essas visitas? Em que contexto atividades culturais como as visitas guiadas estão sendo produzidas e vendidas? Ao organizarem visitas guiadas as fazendas estão produzindo história pública?

Ao longo do processo de pesquisa foram feitos trabalhos de campo nas fazendas Ponte Alta, São Luís da Boa Sorte, Taquara, Arvoredo e Florença, além de entrevistas com guias, proprietários, pesquisadores e análise de materiais como folhetos, sites e cartilhas distribuídas pelas próprias fazendas. Tudo isso com o intuito de verificar o processo de organização das visitas, os objetivos principais de guias e

proprietários ao organizarem essas atividades culturais, bem como as histórias que são contadas ao público turista nas visitas, sobretudo, a da escravidão.

Comentamos no capítulo anterior sobre a relevância do turismo histórico cultural no Vale. Tal prática se tornou cenário para as visitas guiadas e contribuiu imensamente para a movimentação da economia na região, além de possibilitar custear parte dos gastos com a manutenção dessas propriedades. Mas não só isso. O turismo histórico contribuiu para que essas fazendas tivessem no tempo presente uma função, a de explorar o passado histórico do Vale e fazer com que este circule entre a sociedade. Desde meados da década de 1990, a atividade do turismo histórico cultural vem crescendo bastante com a promoção de festivais por parte das prefeituras locais e o surgimento de órgãos e instituições voltadas para a história do Vale, como o Instituto Cultural Cidade Viva, que surgiu em 1997¹, se apresentando como um órgão sem fins lucrativos e com o objetivo de atuar em diferentes campos do setor artístico e cultural.

Na década de 2000, o incentivo às práticas turísticas cresceu ainda mais e, nos anos de 2008 e 2009, com importantes parcerias - como o Ministério da Cultura, o grupo Light, entre outros - foi realizado o Inventário das Fazendas Históricas da região do Vale do Paraíba fluminense e um total de 238 fazendas foram inventariadas em 36 municípios. Tal medida aponta para o desejo em fazer com que o passado histórico do Vale sirva como ferramenta para promover a visibilidade da região, além de contribuir para o processo de ressignificação do papel social dessas propriedades no tempo presente. Os investimentos no turismo histórico cultural promovem ainda a valorização do passado histórico, como bem aponta Fernando Portella, diretor do Instituto Cidade Viva, em prefácio ao *Guia Cultural do Vale do Café*². Trata-se de um catálogo que reúne os principais pontos turísticos do Vale e está dividido por regiões, ao todo quatro. O índice está organizado por atrações, dentre elas, restaurantes, casas de artesanato, espaços culturais, bares e conta com a indicação de aproximadamente 18 fazendas históricas. De acordo com Portella: “O Vale do Café

¹ Mais informações em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/>. Acessado em: 25/03/2014.

² O catálogo está disponível impresso e por meio digital. Foi produzido em 2013. Mais informações em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/>. Arquivo em pdf: http://envio.institutocidadeviva.org.br/arquivos/guia_do_cafe.pdf. Ambos acessados em: 25/03/2014.

nos transporta para o passado. Hoje, muita coisa mudou, muita coisa se foi, mas ali permanece a essência de uma época que não morrerá nunca.”³

A afirmação evidencia a ideia de que o passado está vivo, se faz presente nos dias de hoje e um dos lugares que faz o visitante se sentir em outra época é o Vale do Paraíba. As histórias das antigas fazendas de café, dos escravos, dos barões aparecem nas arquiteturas de época, nos pés de café ainda cultivados por algumas propriedades, como a Taquara, nas vestimentas usadas pelos guias nas visitas, nas mobílias e em muitos outros elementos que representam o passado histórico da região. As fazendas, portanto, são referências de atrações turísticas e simbolizam a presença do passado no presente não somente por suas construções estarem ainda de pé, mas pelo trabalho com as visitas guiadas que acaba por fazer reviver as histórias e memórias do passado da região.

Desde o início da década de 1990 que as iniciativas em torno da cultura e do passado histórico do Vale vêm crescendo e tomando visibilidade, sobretudo, com o público turista. Certamente, forte movimentação por parte da esfera pública visando incentivar a organização de atividades culturais com o objetivo de agregar a participação do empresariado e de membros da sociedade civil. Em 23 de dezembro de 1991, a Lei Rouanet⁴ foi instituída com o objetivo de sancionar políticas públicas para a cultura nacional tendo como base a promoção, proteção e valorização das expressões da cultura nacional, o que é feito principalmente através da política de incentivos fiscais, que possibilita as empresas e cidadãos aplicarem uma parte do imposto de renda em ações culturais. É uma forma de incentivar a iniciativa privada a patrocinar eventos culturais, já que o patrocínio além de fomentar a cultura valoriza a marca das empresas junto ao público. No entanto, muitas críticas são feitas em relação a Lei Rouanet, dentre elas, a de que o governo, ao invés de investir diretamente em cultura, começou a deixar que as próprias empresas decidissem qual forma de cultura merece ser patrocinada.

³ Idem, prefácio *Guia Cultural do Vale do Café*.

⁴ O nome é em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, secretário de cultura de quando a lei foi criada na década de 1990.

Críticas à parte é válido o reconhecimento de que a Lei Rouanet é uma medida governamental de apoio à cultura e que se tornou uma das principais ações voltadas para esse meio a movimentar o turismo histórico cultural em regiões como o Vale do Paraíba, por exemplo. No que diz respeito às fazendas, a Lei Rouanet possibilitou que proprietários abrissem as portas de suas fazendas para o grande público, e fez com que essas propriedades se inserissem em eventos e programas culturais que proporcionam visibilidade e destaque a estas. Um dos exemplos é a fazenda São Luís da Boa Sorte, que tem como proprietário Nestor Rocha, também presidente do PRESERVALE, e que movimenta a visitação da fazenda através das visitas guiadas e também de eventos como a mostra *Casa Real*. Este evento reuniu profissionais de várias áreas, como historiadores, arquitetos, designers, paisagistas, antiquários, entre outros, com o intuito de recriar dentro do espaço físico da São Luís, o estilo de vida dos Barões no Vale do Paraíba no período cafeeiro.

A primeira edição ocorreu em 2013, como atração pertencente ao Festival Vale do Café, e reuniu cerca de 500 pessoas⁵ com entrada gratuita. A programação da mostra conta também com workshops de gastronomia, palestras de arquitetura, empreendedorismo e apresentação musical, além é claro da visita guiada pela casa-grande contando a história da propriedade e da região. Além disso, celebraram-se missas na capela da fazenda para os visitantes. O intuito é fazer com que o grande público seja transportado para o passado não apenas através do mobiliário e dos objetos de antiquário, mas dos cômodos, da arquitetura, das obras de arte e da narrativa histórica produzida especialmente para receber os visitantes. Para além disso, a mostra oferece aos turistas o chamado “Spa Casa Real”⁶, que oferece um serviço de bem estar corporal e mental e é indicado àqueles que pretendem se hospedar na fazenda. O intuito é trabalhar a saúde do corpo e da mente através de atividades físicas e reestruturação alimentar dentro de um espaço que remete os hóspedes ao requinte do passado aristocrático. Desse modo, verifica-se um trabalho de exposição da fazenda São Luís da Boa Sorte nos grandes eventos da região e um

⁵ Mais informações em: www.diariodovale.com.br/noticias/exposicaoacasareal. Acessado em: 20/01/2015.

⁶ Disponível em: www.fazendasaoluisdaboasorte.com.br. Acessado em: 19/01/2015.

intenso investimento para receber os visitantes, que por sua vez deverão pertencer em sua grande maioria, às classes médias/altas para poderem desfrutar da “viagem ao passado” proporcionada pela fazenda, já que os valores de hospedagem e serviço são altos⁷.

Não apenas a Lei Rouanet foi fruto das iniciativas em torno da cultura na década de 1990. Outra importante ação nesta esfera foi a criação do PRESERVALE, que se formou através de um grupo de aproximadamente 60 pessoas entre fazendeiros, pesquisadores, ambientalistas, arquitetos, agentes de viagem, historiadores, entre outros, foi formado com o intuito de criar iniciativas que preservassem e valorizassem a história e memória patrimonial do Vale do Paraíba⁸. De acordo com os fundadores:

O PRESERVALE nasceu como forma de união entre os diversos gestores de propriedades históricas, que viram no turismo cultural uma maneira inovadora de agregar valor ao patrimônio rural, acrescentando à renda corrente das fazendas as receitas de hospedagem e visitação guiada com finalidade educativa, histórica e cultural⁹.

O trecho acima descreve de forma sintética como se deu a formação do grupo e cita uma das principais funções do PRESERVALE na região do Vale. Esta, por sua vez, é apropriada pelo instituto como um produto turístico a ser divulgado e vendido àqueles que tiverem interesse no contato com o passado aristocrático, de glamour, riquezas e ostentação. Essa afirmação é possível ao perceber que aquilo que se divulga em relação ao passado histórico do Vale e das fazendas está relacionado ao ciclo cafeeiro, ou seja, o período de mais riqueza e opulência da região. Período este em que a aristocracia imperial importava da Europa seus hábitos e costumes, o que era refletido nas vestimentas, nas arquiteturas, nos objetos e mobílias, etc.

Cerca de 30 fazendas históricas da região estão sob os incentivos do PRESERVALE, que participou do processo de produção dos inventários de aproximadamente 133 fazendas dos séculos XVIII e XIX. Boa parte dessas

⁷ No site da fazenda há disponível os valores de hospedagem e demais serviços oferecidos pela propriedade.

⁸ Mais informações na cartilha do PRESERVALE em comemoração aos 20 anos de criação do Instituto. Disponível em: http://www.greenrio.com.br/arquivos/Nestor_Rocha-e-Julio-Preservale-14-03-2014.pdf. Acessado em: 20/01/2015.

⁹ Idem, pg.6.

propriedades permanecem íntegras com seus casarões palacianos, o que desperta ainda mais a atenção dos visitantes e serve como atrativo nas propagandas turísticas, por exemplo. A atuação do instituto ocorre junto aos órgãos de defesa do patrimônio nos âmbitos estadual, municipal e federal e em conjunto com grupos ligados à cultura e preservação do patrimônio. Além disso, a produção da Revista PRESERVALE em parceria com a LIGHT para a organização das primeiras quatro edições, bem como o projeto Documentário Vale do Café¹⁰ aprovado junto à Lei Rouanet, são iniciativas importantes e que determinam um importante passo em direção à ratificação da região como destino turístico.

Portanto, verifica-se que as últimas duas décadas foram de intensos investimentos na área do turismo histórico cultural e as fazendas parecem assumir um importante papel nesse processo de valorização, preservação e divulgação da história do Vale. Isso porque a memória que se pretende explorar é a do Ciclo do Café, momento de crescimento exponencial da região e da aristocracia cafeeira, em que o número de propriedades construídas aproximava-se de 600¹¹, quantidade essa necessária não somente para dar conta da produção de café que crescia em larga escala, mas também para abrigar as famílias opulentas que se constituíam e que formaram o baronato do Brasil Império. Assim, arrisco dizer que o turismo histórico cultural no Vale, se preocupa em vender uma história para poucos, ou seja, uma história em que as classes médias e altas irão se identificar e se aproximar das narrativas produzidas por guias e proprietários, uma vez que se explora a riqueza e opulência vivida pelas famílias aristocráticas do período cafeeiro. Somado a isto, acredito que outros interesses e motivações para a visita nas fazendas estejam envolvidos, como o desejo pela aquisição de bens culturais, que permeia a esfera do interesse pelo conhecimento, pelo contato com o passado, este muitas vezes desconhecido ou pouco explorado.

O principal argumento que será defendido ao longo deste capítulo é de que os discursos produzidos por agentes sociais e instituições, sejam elas públicas ou

¹⁰ Segundo a cartilha do PRESERVALE ainda não há patrocínio para os trabalhos com o Documentário Vale do Café.

¹¹ Idem, cartilha, pg.7

privadas, são interessados, o que reflete a ideia de que as histórias e memórias que serão usadas nas narrativas são direcionadas a cativar um público turista que se identifique com o passado do Vale e queira visitar não somente as fazendas, mas também outros pontos turísticos da região contribuindo com a movimentação turística e econômica do Vale do Paraíba.

Nesse sentido, argumento sobre a relevância de identificar de que forma as narrativas das visitas guiadas abordam o trabalho escravo que se intensificou na região com as lavouras de café no XIX. O escravismo representa uma dinâmica de violência e opressão, que em certa medida, destoava do contexto civilizatório empreendido pelas famílias aristocráticas do período e não há como ocultar dessas narrativas a escravidão vivida por milhares de africanos e seus descendentes, já que esta foi a força motor da produção de riqueza e movimentação econômica do Brasil Império, contribuindo inclusive para a consolidação de uma classe aristocrática nesse período.¹²

Para além disso, é imprescindível que se discuta sobre a relação do turismo histórico cultural e a produção de uma história pública sobre os africanos que aqui foram escravizados. Neste trabalho, esse debate seria construído a partir da análise das visitas guiadas, com suas diferentes abordagens e propostas, embora estejam enquadradas em um mesmo contexto, o do turismo cultural. Essa é mais uma das questões que movimentam este trabalho e que estarão presentes ao longo deste capítulo. O intuito é fomentar ainda mais as discussões em torno da produção de história pública, sobretudo, sobre os africanos escravizados no Brasil, e ao mesmo tempo identificar até que ponto o turismo histórico cultural tem interesse em contribuir na formação histórica do público turista.

Ao longo do tempo o interesse pela história da escravidão no Brasil e, mais precisamente nos últimos anos, pela história da África cresceu significativamente tanto dentro quanto fora da academia. A atuação cada vez mais intensa dos movimentos sociais nas pautas políticas, sociais e educacionais, como no caso da lei 10.639, sancionada no início dos anos 2000, bem como as pesquisas que passaram a

¹² MARQUESE, Rafael. "Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais e em cuba no século XIX". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. p. 165-188 jul.- dez. 2005.

se multiplicar nos cursos de história, antropologia e ciências sociais acerca do assunto, a meu ver, é um dos contextos que explicam não apenas o interesse pela organização das visitas guiadas, mas também a crescente procura do grande público em participar de atividades que os façam compreender melhor sobre um passado que com frequência, nos dias de hoje, é citado e/ou abordado em programas de televisão, reportagens em jornais e revistas, seriados, novelas, filmes, entre outros.

2.1. As fazendas e seus diferentes perfis

O processo de análise das visitas guiadas requer compreender que as fazendas históricas do Vale possuem diferentes formas de interagir com o passado da região, o que interfere diretamente na forma como esse mesmo passado será apresentado ao grande público, ou seja, de que forma as histórias e memórias que são usadas nas narrativas são contadas; se há um roteiro a ser seguido ao longo das visitas e quem são os principais envolvidos na elaboração e apresentação dessas narrativas. Tudo isso compõe um conjunto de tendências e se torna relevante para pensar a diferença entre os discursos históricos que são produzidos e contados nas fazendas aqui analisadas. Cada fazenda tem uma história, se insere no contexto do turismo histórico cultural de forma diferente, com propostas e intenções opostas, com formas diferentes de serem administradas, o que influi diretamente nos recursos que cada uma delas terão para que seja possível organizar a visitação, por exemplo. Assim, é possível afirmar que as propriedades aqui analisadas possuem não apenas perfis diferentes, mas também formas diversas de atuar no contexto do turismo histórico cultural e de produzir os discursos que serão divulgados aos visitantes. Produz-se, portanto, diferentes discursos, roteiros e formas de apresentação do passado histórico, o que nos leva a crer que essas propriedades não apenas se diferenciam entre si, mas também contribuem para a formação de uma cultura histórica que em si não é homogênea, embora as narrativas apresentadas nas visitas guiadas tenham como ponto central a divulgação de um passado histórico áureo, de produção de riquezas, que é o do "Ciclo do Café" no Vale do Paraíba.

As fazendas Ponte Alta, São Luís da Boa Sorte, Taquara, Arvoredo e Florença fazem parte do grupo de propriedades que, atualmente, organizam visitas guiadas. Localizam-se em municípios vizinhos e estão inseridas na rota turística da região. No oitocentos, tornaram-se importantes fazendas de produção de café abrigando uma enorme quantidade de escravaria em suas dependências, afinal, era a partir do trabalho escravo que as terras dessas propriedades tornavam-se lucrativas e garantiam confortável acumulação de riqueza às famílias de seus proprietários. Hoje, estes possuem como uma das principais propostas, divulgar dentro do contexto do turismo cultural aspectos referentes ao passado histórico das fazendas, o que também contribui na captação de recursos financeiros para a manutenção física das propriedades. Para além disso, as referidas fazendas se enquadram no conjunto de aproximadamente 33 propriedades que atualmente estão sob os incentivos do PRESERVALE e, no caso da São Luís da Boa Sorte, também da Lei Rouanet¹³

O trabalho de recepção realizado por essas propriedades não está restrito somente às visitas guiadas. Dentre o conjunto de fazendas aqui analisado, algumas investem em hospedagem, almoço, café da tarde/manhã. Outras se mobilizam para ofertar atividades como apresentação de grupos de capoeira, além de piscina, passeios a cavalo, trilhas, entre outros. Aposta-se, portanto, em atividades culturais e de lazer, com o intuito de despertar interesse nos mais variados tipos de público, ou seja, atrair não somente os grupos interessados no contato com a história da fazenda e da região, mas também os interessados em curtir dias de lazer e conforto ao lado de amigos e familiares. Desse modo, a visita guiada não é a única atividade organizada por essas propriedades, tão pouco o principal serviço a atrair visitantes.

O caso da fazenda Arvoredo acredito ser o mais emblemático para entendermos a ideia exposta acima. Através do site institucional da propriedade¹⁴ se verifica a iniciativa dos irmãos Augusto Pascoli e Ana Heloísa Pascoli¹⁵, então proprietários da fazenda, em transformá-la em um espaço de lazer histórico, se assim

¹³ Várias empresas privadas, como a Suvinil, patrocinaram a restauração da São Luís e o projeto da mostra *Casa Real*, por exemplo.

¹⁴ Mais informações em: www.hotelarvoredo.com.br. Acessado em: 21/01/2015.

¹⁵ Em 1982, a fazenda foi herdada por Ana Heloísa e Augusto Pascoli, até então registrada com seu nome original, Fazenda Santa Maria. No ano de 1991, a propriedade passa a se chamar Hotel Fazenda Arvoredo, direcionando-se para as atividades do turismo histórico cultural.

podemos dizer. O visitante pode desfrutar de um dia com a programação de atividades diversas, como aquarvorismo, tirolesa, jogos de vôlei, futebol, caminhadas, banho de piscina, entre outros, sob o custo de R\$95,00, para aqueles que não estão hospedados na fazenda. Já os hóspedes possuem pacotes especiais para participarem dessas atividades. O *Chá Imperial* está incluso nessa programação e é realizado no final da tarde, na antiga Casa-Grande, pela guia turística e historiadora Rachel Braga, que desde a década de 1990, organiza a visita guiada da Arvoredo. Assim, se identifica que a proposta é atrair o maior número possível de visitantes, que se torna possível a partir do momento que a fazenda disponibiliza ao grande público outras opções de atividades que não apenas a visita guiada.

No site da Arvoredo, todas essas atividades estão separadas por categorias, que são: o turismo familiar, o turismo histórico e o turismo escolar. Através das descrições do site, se percebe que as atividades direcionadas unicamente ao lazer se enquadram na categoria turismo familiar, já a visita guiada está alocada na categoria turismo histórico e, por fim, os grupos de estudantes que visitam a fazenda em dias letivos ou nas férias têm direito a um pacote com todas essas atividades, tanto a visita guiada, quanto as demais. As fazendas Ponte Alta e São Luís da Boa Sorte não se apropriam de tantas legendas para vender seus pacotes e diárias e nomeiam o turismo escolar como turismo pedagógico. Já a fazenda Florença e a Fazenda da Taquara se apropriam do termo turismo histórico cultural de forma mais genérica, se assim podemos dizer, como se a ida do visitante à propriedade, independente dos saraus e visitas guiadas, já o transformasse por si só em um turista cultural.

Percebe-se, então, que história e lazer estão diretamente associados e juntos atraem visitantes dos mais variados tipos, já que o intuito é garantir uma movimentação turística capaz de contribuir na manutenção física dessas propriedades. Assim, há investimentos em deliciosos almoços, atividades variadas, hotelaria, aluguel do espaço para eventos, saraus e até o uso do espaço para gravação de novelas e minisséries como no caso da Arvoredo e Florença¹⁶ evidenciando o fato de

¹⁶ A Arvoredo cedeu o espaço para as gravações da novela infantil *Gaby Estrella*, que está em sua segunda temporada e teve início no ano de 2014. Já a Florença teve o espaço usado para as gravações

que o turismo histórico cultural está interessado em atender um público com os mais variados interesses.

A Ponte Alta, a São Luís e a Florença possuem tendências parecidas com a fazenda Arvoredo. Investem em hotelaria e exploram a questão da história e do lazer construindo uma relação entre ambas. Ao visitá-las, fica explícita a intenção em explorar o requinte e aconchego que a arquitetura, mobílias e vista para o verde proporcionam ao visitante. É uma outra forma de explorar o lazer e atrair o grande público. Em todas essas fazendas, não é necessário ser hóspede para participar das visitas guiadas, saraus, almoços e demais atividades, justamente porque o intuito é fazer com que haja movimentação de capital para as fazendas e também para a região, não à toa, essas propriedades são colocadas como rotas turísticas da região nos principais meios de divulgação do turismo histórico cultural no Vale.

Assim como os tipos e a quantidade de serviços que cada fazenda oferece, os preços cobrados também variam. Desse conjunto de cinco fazendas, somente a Taquara não possui serviço de hospedagem, o que reduz a capacidade de gerar lucros em proporções similares das demais, que, a propósito, cobram diárias consideravelmente altas. Hospedar-se na São Luís da Boa Sorte, em um quarto de casal, requer desembolsar a quantia de R\$552,00, por exemplo. Outro aspecto diferencial da Taquara em relação às demais, diz respeito ao agendamento das visitas guiadas que ocorre de forma flexível, sem necessariamente haver a necessidade de ter uma quantidade determinada de interessados na visita para que ela ocorra. O principal chamariz é o *Restaurante da Senzala*, construído no subsolo da fazenda, que de acordo com o atual proprietário, Marcelo Estreva, era a senzala dos escravos domésticos no XIX. A divulgação do restaurante é feita massivamente através de redes sociais, neste caso, o Facebook¹⁷, que sempre é atualizada com os cardápios e imagens do local.

As visitas guiadas também são pagas e os valores cobrados variam entre cada fazenda, que em geral, fazem pacotes incluindo as demais atividades oferecidas e

de novelas desde a década de 1970, sendo a primeira *Escrava Isaura*, em 1976, e a mais recente *Paraíso*, de 2009.

¹⁷ Disponível através do link: <https://www.facebook.com/pages/Fazenda-da-Taquara-Visita-hist%C3%B3rica/157368007626688?fref=ts>. Acessado em: 24/01/2015.

serviços como o almoço, por exemplo. Desse modo, o visitante pode aproveitar o dia na propriedade e ainda conhecer partes da história da fazenda, o que torna clara a ideia de que o objetivo principal não é atrair turistas a partir das visitas guiadas, mas sim por todo o contexto oferecido pela propriedade, como conforto, descanso, a arquitetura e mobílias de época, os deliciosos almoços, a hospedagem, entre outros. A visita guiada, portanto, é parte integrante desse conjunto de atrações oferecidos pelas fazendas e que movimenta a circulação de pessoas no contexto do turismo histórico cultural.

A partir desta análise, é possível identificar que ao longo do tempo essas fazendas se resignificaram e assumiram funções diferentes em relação ao passado, mas continuam direcionadas a grupos financeiramente privilegiados na sociedade. Se no XIX, essas fazendas contribuíram para a consolidação dos hábitos aristocráticos, enriquecimento de seus proprietários e simbolizavam poder e glamour, nos dias de hoje, contribuem para que grupos de classe média/classe média alta usufruam desse mesmo requinte e opulência um dia vivenciados por esses primeiros proprietários.

2.2. As visitas guiadas e a representação da escravidão e da experiência africana

Identificar as histórias e memórias que são vendidas e consumidas a respeito do passado histórico do Vale, no tempo presente, requer analisar as narrativas construídas por guias e proprietários através das visitas guiadas, que inseridas num conjunto de atividades ofertadas a turistas contribuem atualmente com a visibilidade e manutenção física das fazendas. Busca-se, então, não apenas compreender os diferentes usos das memórias e histórias que são contadas nessas narrativas, mas também verificar quais são as memórias e histórias usadas para contar o passado histórico da região. Desse modo, o intuito é analisar se dentro desses discursos as memórias sobre a escravidão e a experiência africana estão presentes e como estão sendo construídas no imaginário social nos dias de hoje.

Para tanto, será importante apresentar as diferentes formas de construções de narrativas que esse conjunto de fazendas opera em suas visitas guiadas, como a forma

com que os visitantes são recepcionados, quais os principais fatos e elementos históricos ressaltados, quais são os agentes responsáveis pela organização das visitas guiadas e interação com o público visitante, quais objetos são destacados ao longo da visita, por quais cômodos o roteiro começa e termina. Tudo isso diz muito a respeito da história que se pretende construir sobre o passado da região e, sobretudo, da própria fazenda. Para Adriano Novaes, compreender o processo de produção de uma visita guiada é também conhecer o olhar do proprietário em relação a história e memória da fazenda e do Vale. De acordo com ele:

A interpretação do patrimônio é a forma de mostrar esse patrimônio, ou seja, de que forma ele é mostrado. De certa forma, [a visita guiada] é uma interpretação pessoal do proprietário enquanto “dono da casa”. Isso tá nas visitas em geral. Quem usa muito esse termo [interpretação do patrimônio] é a Sônia Matos, que foi diretora executiva durante muito tempo de patrimônio. Ela sempre falava essa coisa da interpretação, que agora está fortemente através da dramatização. E foi nisso que a Ponte Alta, por exemplo, foi pioneira, na coisa do teatro, do sarau... E que hoje todas [as propriedades] estão reproduzindo. Atualmente, eu participo na produção e atuação dessas encenações na fazenda Florença. Eles fazem um projeto bacana. Eu participo na área da pesquisa com o Paulo Roberto, que é o proprietário. Ele, inclusive, é um dos proprietários dessa fase de que os donos dessas fazendas já estão mais conscientes do que têm, da responsabilidade social que assumiram ao contar histórias sobre a região e a fazenda. Vejo nele mais responsabilidade com a informação, com as coisas que são passadas para as pessoas e de divulgar isso de forma bacana, olhando todo esse trabalho como um negócio. (...) Ele comprou a fazenda há 16 anos atrás e também é um apaixonado por história. Ele tem essa visão [de responsabilidade com a história]. Ele não é muito fechado¹⁸.

Com o trecho acima, é possível compreender que as narrativas das visitas guiadas, para além de serem discursos interessados, são organizadas a partir do olhar e do entendimento sobre a história que os proprietários das fazendas possuem e que ao longo do tempo muitos passaram a divulgar a história da região de forma mais consciente e responsável, tanto por terem seus nomes envolvidos na organização dessas visitas, quanto pelo aumento exponencial das discussões nas últimas décadas em fóruns e seminários, sobre a necessidade de divulgar o passado de forma responsável e coerente, sem discursos inventados e/ou fantasiosos. Compreender isso é ajudar a não perpetuar discursos levianos e que possam gerar visões unilaterais

¹⁸ Entrevista cedida por Adriano Novaes, no dia 19/07/2014, em Vassouras/RJ.

sobre os fatos históricos. Assim, muitos proprietários buscaram ter contato com pesquisadores e a estudar através de livros e documentos sobre o passado que divulgam.

Florença: visão senhorial e hábitos aristocráticos

Paulo Roberto, proprietário da fazenda Florença há dezesseis anos, é um caso emblemático para exemplificar o que está sendo apontado por Adriano Novaes. Ao adquirir a Florença, Paulo Roberto deu início a um processo de restauração e adaptação do espaço da propriedade para receber visitantes e hóspedes. Buscou sobre a história da Florença com moradores da região e aos poucos passou a estudar sobre o passado do Vale e da propriedade que havia adquirido. Neste caso específico, arrisco dizer que o interesse de Paulo Roberto pela história contribuiu para que ele tivesse consciência de como lidar com o passado que se arriscava a divulgar através de visitas guiadas e saraus. Segundo ele, comprar a fazenda simbolizava uma mudança radical em seu estilo de vida e significava trabalhar com aquilo que lhe dava prazer, a história, como bem ressalta a seguir:

Eu era dentista e professor da UFF. Professor de odontologia. E dentista tem uma instabilidade financeira sempre, nunca se sabe se vai poder trabalhar no futuro. E como na época, o meu bisavô soube estar com Parkson, assim como meu avô também e minha mãe também tiveram anos depois, eu fiquei muito receoso de um dia desenvolver a doença assim como eles. (...) A vida no campo me interessava. A vida no campo era interessante pra mim. A possibilidade de ter um negócio no qual eu pudesse administrar, poder falar: fulano faz isso, fulano faz aquilo e que não dependesse das minhas mãos... Então esse seria o segundo fator e eu queria associar a alguma coisa que me desse prazer¹⁹.

E acrescenta:

E eu fui morador do bairro de São Cristóvão, no RJ. Vizinho da Quinta da Boa Vista. Como eu morava em um prédio e não tinha área de lazer, a Quinta da Boa Vista era minha área de lazer. E ali eu via inúmeras manifestações da história do Brasil no Museu Nacional. Tinha a casa da Marquesa de Santos, que era sede da UERJ, da reitoria da UERJ. O próprio museu, que é o Museu da Quinta da Boa Vista, ele é um museu de história natural, mas eles tinham naquela época, há 50 e poucos anos atrás, eles tinham algumas salas como sala do trono. Salas do período imperial, neste caso.

¹⁹ Entrevista cedida por Paulo Roberto, na Florença, no dia 12/10/2014.

(...) O Colégio Pedro II, que era ali no campo de São Cristóvão, original, o primeiro Colégio Pedro II, que o imperador frequentava. Aquilo me influenciava. Eu sabia que existia aquilo, queria continuar a ter contato com a história de alguma maneira.

Aí na hora de procurar eu sabia o que eu queria, que seria morar em uma área rural e agregar uma paixão que eu sempre tive, que era o conhecimento em história. E aqui, o Vale do Paraíba, tem essas fazendas do ciclo do café e eu chamo de Ciclo Imperial do Café, já que elas foram muito fortes no Ciclo Imperial. Foram sustentáculos financeiros do Império.²⁰

Originalmente, a fazenda pertenceu à família dos Teixeira Leite, que tinham origem portuguesa. Vindos de Minas Gerais, migraram para as terras fluminenses do Vale do Paraíba atraídos pela riqueza do café na região e se instalaram na Florença, localizada em Conservatória/RJ. Em 1852, fundaram a atual sede da fazenda²¹, que nos dias de hoje, através do trabalho de divulgação empreendido por Paulo Roberto, atrai visitantes interessados em momentos de lazer, conforto e um pouco de história. Adriano Novaes, é um dos pesquisadores que atua no trabalho de organização e atuação dos saraus. Estes, contam com personagens, vestimentas e acessórios de época, tendo como cenário o espaço da antiga casa-grande. O trabalho de pesquisa não é feito somente por Novaes, mas também por Paulo Roberto, que declarou ter profundo interesse em investigar sobre o figurino, além de ser ele o guia das visitas guiadas, apresentado os cômodos, objetos e traçando uma narrativa bastante voltada para a história das elites imperiais do Brasil²². De acordo com ele:

Eu participo tanto atuando, como roteirizando. Eu tenho pesquisadores, como o Novaes, porque eu não consigo pesquisar tudo. Eles me auxiliam na pesquisa. O Adriano é profundamente conhecedor da região. De todos os assuntos da região ele realmente conhece profundamente. Então eu como sou leigo, sou pesquisador mas sou leigo, eu ligo pro Adriano. Então eu tenho ali um adiantamento de informações que depois eu vou complementar na literatura específica. Inclusive, ele me cede livros, que eu nem sabia que tinha tanto livro sobre tantos assuntos específicos que não se encontra nas livrarias. Então, eu ligo para ele quando tenho dúvida, ele já de prontidão me dá uns 50/60% das informações. Partindo disso, eu corro atrás na literatura mais específica. Mas ele já me filtra, me canaliza. Imagina, você chega para um leigo como eu, que gosta de ler história, mas... Você imagina se olhasse assim uma prateleira cheio de cano Tigre, desses de água, qual desses que eu vou entrar?

²⁰ Idem, entrevista Paulo Roberto.

²¹ Disponível em: <http://fazendasdoimperio.com.br/>. Acessado em: 06/01/2015.

²² No mesmo dia em que entrevistei Paulo Roberto, tive a oportunidade de acompanhá-lo em uma visita guiada com um grupo de hóspedes que haviam participado de um casamento que ocorreu na fazenda no dia anterior.

Não sei !!! Qual deles que eu vou escolher? Ele já escolhe: aquele dali. Então aí eu vou e digo: deixa comigo. E, obviamente, que eu também o ajudo muito no sentido dele não poder pesquisar tudo, porque ele não vai ter tempo hábil no dia a dia com tantas outras coisas que ele tem que pesquisar. Então, por exemplo, indumentaria... Sou eu que pesquisei, não são eles. Aí eu já dou informações para eles, entendeu? O Antônio Carlos, que participa também... Eu ligo para ele e digo: Antônio Carlos eu preciso disso, disso e disso... Em sua tese de doutorado, ele tá lendo jornais do século XIX, aqui da região do Vale. Eu pergunto: Antônio Carlos, o que você leu sobre o Marapendi? Ele responde: Ah, Marapendi fez isso, isso, isso... E saiu publicado no jornal tal, tal e tal. São pesquisas baseadas em fontes históricas, fontes cruzadas. Fontes primárias que é o jornal da época, as crônicas, o registro do Almanak Laemmert. São fontes primárias. Ninguém fantasia nada, porque é feio nós fazermos isso e influenciarmos o público. A gente não esconde que houve escravidão, a gente não esconde. A gente fala²³.

O trecho acima nos revela o empenho de Paulo Roberto em organizar atividades que tenham seus discursos embasados em pesquisas e análises documentais, o que se torna importante para que discursos levianos sobre o passado histórico sejam cada vez menos produzidos. É importante destacar que os documentos não falam por si só, ou seja, estão em constante diálogo com quem os manipula e o fato de Paulo Roberto mobilizar uma equipe de historiadores para compor seus esforços nos estudos e divulgação do passado histórico evidencia uma ótima e responsável iniciativa em tratar não apenas a história como um campo científico, mas também em reconhecer a importância em produzir um trabalho comprometido com a formação histórica do grande público. Se contribui com a quebra paradigmas, além de diminuir as possibilidades de reproduzir sentidos comuns.

Durante a visita guiada, o tema da escravidão teve um curto espaço na fala do proprietário e por parte do público visitante. Por parte dos visitantes, não houve perguntas e observações acerca do tema demonstrando interesse em saber curiosidades sobre a vida pessoal de monarcas como D. Pedro I, por exemplo. O passado escravista foi mencionado no momento em que Paulo Roberto apresentava a parte externa da Florença, comentado sobre a não preservação da antiga senzala por parte do proprietário anterior a ele, e na sala de jantar da casa-grande, ao comentar sobre a dinâmica das refeições e o fato de ter um enorme armário com numerosos

²³ Idem, entrevista Paulo Roberto.

aparelhos de jantar destacando que as peças eram trocadas várias vezes pelas escravas ao longo de jantares de negócios ou de comemorações. Desse modo, é possível afirmar que o tema da escravidão foi em certa medida negligenciado ao longo da narrativa, tanto pelo público, quanto por Paulo Roberto, que deram destaque às histórias e memórias da elite cafeeira e exaltaram o passado monárquico do Brasil durante a visita guiada.

Isso não quer dizer que a visita perca seu valor, se torne menos atrativa ou que simplesmente o tema da escravidão não apareça. Pelo contrário. A visita guiada é sobre o período da escravidão. Monarquia e sistema escravista forma um par. No entanto, é inevitável não apontar que a memória da experiência africana é tratada de forma superficial, o que torna o passado histórico dos indivíduos aqui escravizados ainda mais longe do conhecimento do grande público ao longo da visita guiada. A escravidão está no discurso, mas esse mesmo discurso não problematiza a presença dos africanos no dia a dia da Florença, nem de outras fazendas.

Por todos os cômodos haviam muitos objetos de época e segundo Paulo Roberto, cerca de 70% são originais da casa e o restante pertencente à sua coleção pessoal. Quase todos foram apresentados aos visitantes e estavam catalogados e indexados. Duas reportagens do século XIX, uma do jornal *Correio do Povo* e outra do jornal *Diário Popular* estavam emolduradas e expostas aos visitantes, e traziam como notícias a proclamação da República e a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Não foi possível saber se esses jornais foram encontrados na Florença, mas arrisco afirmar que a exposição de ambos os temas nos diz muito sobre o passado histórico que a visita guiada pretende construir: o de uma nação que se libertou das amarras do retrocesso e estava consolidando as bases da civilização do novo mundo. Na recepção, há réplicas de objetos antigos como aparelhos de jantar e peças individuais, bem como camisas e tapetes com o slogan e nome da fazenda sendo vendidos.

Há uma programação de saraus, com diferentes temas e dias a serem apresentados e a exigência é que se tenha um grupo entre quinze e vinte pessoas para que tanto a visita, quanto os saraus ocorram. A Florença organiza diferentes pacotes

dessas atividades com o intuito de atender o maior número possível de visitantes, tanto os que pretendem se hospedar, quanto aqueles que estão de passagem. Através do correio eletrônico da fazenda, o visitante tem a possibilidade de escolher seu pacote podendo optar por lanches, almoços, visitas guiadas com saraus, apenas visitas guiadas ou apenas saraus, o que influi bastante no valor do preço, por exemplo. A visita guiada à casa sede, sem o chá, custa R\$39,00. Esse valor cresce à medida que o turista opta por incluir o café colonial e/ou o almoço podendo custar R\$98,00. Os saraus funcionam da mesma forma, podendo o visitante assistir ao sarau e participar da visita guiada, caso queira. Os valores com ou sem o chá e almoço variam entre R\$82,00 e R\$115,00. Exceto para visitas escolares, a programação de visitas e saraus ocorre sempre aos finais de semana.

Ao todo, são cinco temas de saraus: sarau teatral do Padre Francisco; sarau teatral do Barão de Guaraciaba; sarau teatral “À mesa com escritores”; sarau teatral “Santos Dumont e sua morada em Valença” e, por fim, o sarau teatral “D. Pedro I e o Vale do Paraíba²⁴”. Para Paulo Roberto, fazer parte da organização desses saraus é o mesmo que reviver as histórias narradas aos visitantes, sobretudo, por fazer parte do corpo de atores que atua nas apresentações. Ele alega o fato do teatro ser outra paixão em sua vida e que os saraus proporcionam a ele a oportunidade de atuar. Não foi possível assistir os saraus, o que impossibilita levantar afirmações a respeito do trato da escravidão nas narrativas dessas encenações. Mas, é possível elaborar hipóteses sobre como o passado escravista se faz presente nos discursos construídos aos visitantes. À começar pela entrevista com Paulo Roberto, que se mostrou sensível à questão da escravidão no Brasil, e em particular na Florença, demonstrou construir uma narrativa sobre o sistema escravista a partir de uma visão senhorial. Para ele:

Aqui tem um dado real. Aqui a escravidão foi amena.

(...) E a história da Florença é a seguinte: as terras foram da primeira sesmaria, mas ele [o primeiro proprietário] passou para o irmão que era o comendador Anastácio Coutinho, que depois dividiu sua herança entre os filhos. Florença ficou para José Ferreira Leite, que em 1862, ficou muito doente - isso está lá no documento - e ele chama o cartório para fazer o testamento dele. Neste, há o testemunho dele dizendo não ter filhos com a Carolina, Carolina Ferreira Leite, que era com quem ele tinha casado. Esta tinha 15 anos e ele tinha 31 ou 32 anos. Na época, ele tinha uma filha

²⁴ A incompatibilidade de dias e horários impossibilitou minha ida aos saraus.

que morava na França. E deixa a herança para essa moça, Carolina, e sua filha. Seu irmão é tutor da filha. A mãe da menina, na França, não a deixa vir para o Brasil e a fazenda fica para Carolina. Esta se casou e ficou viúva com 15 anos, e casa com um médico famoso da região, o Dr. Luís Pereira Castro. Com esse médico ela teve 14 filhos. Aí nós temos que abrir um parênteses para o seguinte: no documento ele já pede que quando ele morresse fosse dada a alforria a tantos escravos. Fala até os nomes. Era um homem bom, porque se não fosse... Escravo era objeto de trabalho. Isso não é romantismo, é realidade. Ele adoeceu, o camarada [determinado escravo] cuidava dele. Bom, esse é o primeiro dado e que já mostra que a escravidão aqui não deve ter sido terrível. História é muita dedução através dos fatos.²⁵

A fala de Paulo Roberto a respeito da escravidão na Florença, revela que muitos discursos ainda estão pautados na ideia de que a experiência escravista pode ter tido um viés mais brando em determinados lugares e que nem todos os proprietários de fazendas assumiram uma postura de indiferença e extrema violência com suas escravarias. Através dessa colocação é possível evidenciar que seu entendimento sobre o período escravista está formado a partir de um olhar senhorial, ou seja, Paulo Roberto expõe a questão da alforria como uma prática de concessão, se assim podemos dizer, que fazia parte das ações aristocráticas no período. Era uma prática constitutiva do sistema.

Taquara: o museu da família

Assim como Paulo Roberto, é Marcelo Estrevan, então proprietário da fazenda Taquara, quem apresenta as partes interna e externa da propriedade. Sem qualquer tipo de encenação, ambos organizam uma narrativa em que brevemente contextualizam o histórico das fazendas para em seguida apresentar os cômodos e objetos existentes em ambas. O visitante ao chegar na Taquara avista de longe os pés de café cultivados ainda hoje na fazenda e tem acesso imediato ao *Restaurante da Senzala*, cuja recepção põe à venda diversos objetos, desde chaveiros com o símbolo da propriedade até saquinhos de meio quilo de café produzidos por Estrevan e sua família.

É no antigo porão da fazenda, local onde ficava a senzala interna, que o restaurante funciona. As características originais do espaço continuam preservadas: a

²⁵ Idem. Entrevista Paulo Roberto.

estrutura arquitetônica é bastante rústica e deixa à mostra pedras, troncos de madeira, além de ter baixa luminosidade. Pelo valor de R\$35,00, é possível desfrutar de um almoço com comida e doces mineiros, todos expostos em uma mesa de madeira. Os garçons e garçonetes servem as mesas caracterizados como escravos, com roupas brancas e com o acréscimo dos turbantes nas mulheres. Todos negros. A forma com que serviam os visitantes era bastante formal e delicada, sempre demonstrando muita atenção e prontidão aos pedidos. O restaurante, portanto, parece nos convidar de maneira tentadora a desfrutar de um ambiente rústico e ao mesmo tempo charmoso. O almoço é servido com música de fundo e, neste dia em especial, havia a presença dos demais herdeiros, que estavam em família almoçando²⁶.

Acredito que no caso específico da Taquara existam duas principais peculiaridades que devem ser aqui destacadas e analisadas: o fato de que a posse da fazenda é hereditária e ter como principal atração o *Restaurante da Senzala*. Dentre o universo de fazendas aqui analisados, a Taquara se diferencia por estar sob propriedade, nos dias de hoje, dos descendentes dos primeiros donos, o que faz com que os proprietários atuais apresentem a fazenda ao grande público como um grande museu familiar. Durante a visita guiada, a impressão foi de que Estrevan estava abrindo as portas não de sua casa, apenas, mas da intimidade de sua família. Para além disso, é importante destacar que o passado escravista se faz presente antes mesmo que o público visitante vá à fazenda. A divulgação da Taquara, nas redes sociais²⁷, é feita com ênfase no delicioso almoço servido pelo *Restaurante da Senzala*, com imagens dos garçons, do espaço físico em si e da comida a ser servida. O passado escravista, nesse sentido, aparece não apenas divulgado, mas também presente no imaginário do público visitante que antes mesmo de ir à fazenda entra em contato com a memória da escravidão, uma memória que relembra seu caráter servil, sobretudo, dos afazeres domésticos que africanos escravizados assumiam nessas fazendas.

²⁶ Estavam presentes a mãe, a irmã e os sobrinhos de Estrevan.

²⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Fazenda-da-Taquara-Visita-hist%C3%B3rica/157368007626688?fref=ts>. Último acesso em: 04/02/2015.

Após o almoço, Estrevan reúne os interessados e começa a explicar o propósito da visita guiada, que teve início no antigo porão da casa-grande, em uma das mesas do restaurante. Sentados, ouvimos ele contar sobre a chegada da família real portuguesa ao Brasil, que ele coloca como um marco para o desenvolvimento do país como um todo, além de abordar temas como a escravidão e o processo de abolição da escravatura, que a meu ver parecia ter o intuito de mostrar ao visitante que escravizar africanos foi necessário para o desenvolvimento da região do Vale, embora tenha reconhecido ser uma prática cruel e, por isso, fez com que parte da sociedade passasse a reivindicar o término da escravidão. No início da narrativa ele explica:

Esse trabalho, ele deve, ou pelo menos, deveria ser feito de uma forma com valor histórico agregado. Antes de entrar nesse casarão – eu sempre explico isso para o visitante que ele é o museu da família. A gente dá a volta nesse casarão em menos de cinco minutos, entendeu? Então é muito fácil da gente fazer isso. A proposta não é essa. Tem que ter a história, fundamentado na história, que vai mudar o olhar do visitante, que vai mudar o olhar das pessoas que vêm visitar esse lugar. Então, eu vou falar de cem anos pra vocês, em dez/quinze minutos no máximo. É um resumo que eu fiz da história dos barões do café, dos principais fatos históricos que ocorreram aqui na região. Por exemplo, quando que essa história começou, quando essa história terminou, quem são essas famílias que entraram aqui na região para colonizá-la, de onde essas pessoas vieram, de que forma foi a aquisição de terras, as doações das concessões das sesmarias, como isso aconteceu, etc. Isso tudo é importante! A problemática com o escravo negro africano... Como foi essa questão do escravo, quais os principais problemas que fizeram com que essa história dos barões do café acabasse. São coisas muito importantes pra gente abordar aqui²⁸.

O trecho acima nos revela que a visita guiada da Taquara pretende em seu discurso apresentar ao grande público o “museu da família”, que de acordo com Marcelo Estrevan, deve ser feito com base nos fatos históricos que ocorreram no passado e que ajudam a explicar a trajetória da fazenda e do Vale até os dias de hoje. Ainda nas dependências do restaurante, o proprietário nos conta que a Taquara é administrada pelas gerações da família de João Carvalho Vasconcelos, português dos açores da ilha de São Miguel, e relata toda a trajetória de sua família em posse da fazenda. Sobre isso, Estrevan conta que:

A família conseguiu sobreviver no momento mais crítico da crise do café, no final do século XIX, e a fazenda permanece nas mãos das gerações da família do fundador até os dias de hoje. Eu sou a sexta geração dessa família. Então, essa fazenda foi

²⁸ Transcrição da visita guiada da fazenda Taquara, que ocorreu no dia 19/01/2014.

construída pelo meu tetra avô, em 1830, depois passou para as filhas, para as tataravós, bisavós, avós. Eu vou explicar melhor essa história para vocês. (...) O fundador (...) vem para o Brasil junto com o irmão dele, bem no início da primeira década do século XIX. Quando eles chegaram aqui, no Brasil, se estabeleceram no Rio de Janeiro. Uma curiosidade: o fundador aqui, o João Carvalho Vasconcelos, quando ele chega ao Rio de Janeiro, resolve abandonar o sobrenome original e adotar um sobrenome novo, Pereira da Silva, ou seja, ele cortou o sobrenome. (...) O que eu explico é o que a família, o que a minha avó contou em uma história oral. (...) A minha avó ficou com a sede, ou seja, com o casarão e um pedaço de terra aqui próximo. Os dois quilômetros de extensão de cento e duas casas foram divididos entre os três irmãos da minha avó, que quando receberam essa grande herança passaram a viver vendendo a parte deles até que venderam tudo. A minha avó não vendeu e por isso, essa fazenda continuou presente na família – minha avó se chamava Zinaída. Ela casou com um filho de italianos, Rômulo Estrevan, e eles tiveram dois filhos: o João e o Otávio. O João é o meu pai. Então essa história vem pela mãe do meu pai, pela Zinaída, que é a filha do médico, Dr. Hernani, por sua vez neto do fundador da Taquara. Deu pra entender a história? A gente vai vivenciar isso na casa, por isso que eu conto a trajetória. Vocês vão ver a pintura do fundador, foto de uma das filhas, a foto do doutor Hernani e da geração da minha avó²⁹.

Ao longo de sua narrativa, Marcelo Estrevan aborda o tema da escravidão e o coloca como central na história da Taquara e do Vale, alegando ter sido um dos principais fatores a impulsionar a economia da região e movimentar os lucros dos barões de café, mas ao mesmo tempo introduz em seu discurso a ideia de que a escravidão foi cruel. É um discurso sobre o trabalho escravo, em que o aponta como necessário e fundamental à época, mas ao mesmo tempo desumano e violento com os milhares de africanos aqui desembarcados e obrigados a trabalharem nas fazendas de café. Ao falar da escravidão e de outras passagens do passado histórico do Vale, Estrevan menciona ter consultado fontes historiográficas para que sua narrativa tivesse embasamento e fosse passada ao público como resultado de pesquisas feitas por ele, o que me faz reconhecer o esforço em transformar a visita guiada da fazenda Taquara em uma atividade que contribua na formação histórica do público leigo, mesmo que por vezes, ainda se tenha considerações sobre o passado, sobretudo, o escravista ainda bastante voltados para o senso comum, sem privilegiar a exposição de fatos que revelem não apenas a importância do trabalho escravo, mas também a relevância da presença africana para a formação cultural da sociedade brasileira, por exemplo. A respeito da escravidão e do processo de abolição, Estrevan relata:

²⁹ Idem.

Essas famílias [aristocráticas] vão entrar aqui nessa região [Vale do Paraíba] e isso acontece por volta dos anos de 1815/1820. Vão fazer investimentos na escravaria. Até pra receber uma concessão dessa o cara tinha que ter dinheiro pra comprar escravos. A escravidão já está inserida numa concessão dessas. Chega aqui na região com investimento na escravaria e começam rapidamente com o processo de plantio do café. Eles adotaram aqui o processo conhecido hoje como predatório, ou seja, derrubar a mata, pro mato secar. Depois queimava o mato e se plantava o café em fileiras verticais. (...) Eu quero dizer pra vocês que uma lavoura de café do século XIX tinha prazo de validade. Então, aquela plantação durava no máximo entre 15/20 anos. Depois pegava outra parte de terra da fazenda e derrubava para o mato secar, queimava o mato e fazia a mesma besteira. Isso é citado, atualmente, pelos mais importantes historiadores como o principal motivo que fez com que a história dos barões do café acabasse. Mesmo que a Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, não tivesse assinado a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil, essa história estava comprometida pelo esgotamento do solo, por essa prática que eles adotaram aqui na região. Por isso, é tão importante a gente entender isso. (...) Eu gosto de lembrar que o trabalho era muito exaustivo. Começavam a trabalhar antes de o sol nascer, se reunia as turmas de escravarias nos terreiros pra poder definir quem ia fazer o quê e depois só regressaram 20h/21hs da noite. Trabalho exaustivo, moradia precária, alimentação precária... Bem complicado. Trabalhavam na chuva, não tinham os recursos que a gente tem hoje. Usavam muitas ervas. A gente tá falando de um período muito rústico e é importante a gente entender isso. Para ir ao Rio de Janeiro à cavalo se demorava de quatro a seis dias, dependendo oito dias. Eram trilhas... Tô falando antes da construção do trem, que chegou em Pirai no ano de 1864, com a construção da Estrada de Ferro Pedro II. Então, quando o escravo conseguia ultrapassar os sessenta anos o fazendeiro poderia recorrer na justiça para aquele sujeito trabalhar por mais três anos para ele. Em 13 de maio de 1988, foi o fim da escravidão e aqui tem outro problema: muita gente fala - e eu também falo: ah, acabou a escravidão... Nada. Os escravos são lançados à sociedade sem preparo. E tem livros que falam sobre isso, muitos morreram de fome, de doenças... É problema nosso! (...) As dificuldades em ter escravos vão começar aqui na região, a partir de 1850, quando o Brasil promulgou a Lei Eusébio de Queirós. Essa é a lei da proibição do tráfico negreiro. A lei funcionou. O governo começa a controlar os portos, a oferta de escravos era reduzida drasticamente. (...) Tem um historiador, o Stanley Stein, e ele relata isso. Ele fez um trabalho maravilhoso sobre as fazendas históricas aqui da região, de Vassouras, e afirmou que em 1854, em um dos seus livros, o escravo dobrou de preço, ficou muito caro. A partir daí, o escravo fica muito caro e começam a surgir as construções das enfermarias e hospitais, já que diante desse cenário os barões passam a ficar preocupados em não deixar morrer ou perder o que era considerado na época o seu bem mais valioso - o escravo era tido como um bem, um sermovente. Eu vou falar melhor desse termo pra vocês. Está, inclusive, no livro de contabilidade da família. Os bens sermoventes eram os seres que se movem: boi, cavalo... Tudo que se move, e o escravo é entendido como sermovente, então ele tá inserido no livro. (...) Em 1871, o Brasil promulgou a Lei Rio Branco, conhecida como a Lei do Ventre Livre, e em 1875, a Lei do Sexagenário. O historiador [Stanley Stein] relata que essas duas leis não funcionaram na prática, ao menos nas fazendas pesquisadas por ele, em Vassouras. O historiador fala que existia uma cláusula na lei, que fazia referência aos filhos de escravos que completavam oito anos de idade. Essas crianças são apelidadas de ingênuas e o governo imperial criou um fundo de emancipação em dinheiro para indenizar o fazendeiro que concedesse a liberdade

àquele menino ingênuo. Mas, como o escravo estava muito caro nesse período, a grande maioria dos barões fez vista grossa para essa indenização e não pegaram esse dinheiro. As crianças iam crescendo e naturalmente sendo inseridas nas turmas de escravaria. Ele relata a Lei de Maioridade dos escravos que completavam vinte e um anos de idade, mas não havia fiscalização. A Lei do Sexagenário faz referência aos escravos com mais de sessenta anos de idade. Era muito difícil um escravo chegar aos sessenta anos de idade, essa que é a verdade³⁰.

O discurso acima possibilita identificar que o tema da escravidão é mencionado não apenas como mão de obra essencial para a economia da região, mas também como símbolo de riqueza e ostentação de uma aristocracia que cresceu e enriqueceu através do trabalho escravo nas lavouras de café. Estrevan ressalta que sua narrativa foi construída com base em pesquisas bibliográficas sobre a história do Vale, o que até então não era uma preocupação de sua mãe ao expô-la à fazenda ao público visitante. Desse modo, se identifica a intenção do proprietário em fazer com que os visitantes reconheçam seu discurso como legítimo ao informar que sua fala não é inventada, mas construída com base em pesquisas e nas histórias contadas por seus antepassados. Antes da visita guiada começar e todos chegarem, conversamos brevemente sobre como é organizar a visita guiada e sobre isso, Estrevan relatou o seguinte:

Eu fui estudando e montando a narrativa. Isso na verdade foi acontecendo. Não foi uma coisa assim: fiz no papel, vim aqui, vai ser isso daqui... Não! Eu fui, comecei a fazer uma visita responsável aqui. Outra informação também é que eu trabalhei com cerveja, eu era cervejeiro. Depois eu saí da cervejaria. A minha mãe já estava trabalhando com o turismo e ela precisava de uma pessoa pra ajudar. Aí eu fui estudar, mas antes de estudar eu comecei a acompanhar minha mãe nas visitas. (...) Ela não é historiadora. Ela fazia a visita de uma forma diferente. Ela não contava muita história. Fazia mais uma apresentação. Eu comecei a introduzir história nisso e depois eu fiz um levantamento da história da minha família.³¹

Dentro do casarão, a narrativa é totalmente pautada em evidenciar que cada móvel, peça de roupa, quadros, utensílios de cozinha, entre outros, fazem parte da coleção original da família de Estrevan. Além disso, a narrativa foi bastante marcada pelo relato de episódios referentes à sua própria infância e do cotidiano de seus familiares na fazenda, o que deu a sensação de estarmos em contato com a vida pessoal do proprietário e não apenas com o passado oitocentista da propriedade. Esta é apresentada como patrimônio familiar e seu passado histórico se confunde com o

³⁰ Idem, visita guiada Taquara.

³¹ Idem.

passado de Estrevan e seus familiares. Desse modo, arrisco afirmar que o uso que se faz da Taquara, nos dias de hoje, não é o mesmo que se parece fazer da Florença e da São Luís da Boa Sorte, por exemplo, já que estas parecem ter se tornado grandes antiquários alocando objetos de várias épocas que ficam em exposição como representações de um passado que não está necessariamente relacionado ao das narrativas difundidas pelo turismo histórico cultural no Vale, que é o do século XIX.

São Luís da Boa Sorte: opulência e glamour

A visita guiada da fazenda São Luís da Boa Sorte é organizada pelo guia Marcelo Muller, que não usa acessórios e vestuários de época para recepcionar os visitantes. A narrativa tem início na parte externa da fazenda, local em que é apresentado aos turistas o chamado “quadrilátero funcional”³².

Essa é uma expressão bastante utilizada pela historiografia acerca do tema e explorada nas visitas guiadas de todas as fazendas aqui analisadas, não apenas na São Luís. Ao apresentar o “quadrilátero funcional” se mostra aos visitantes o arranjo de construções existentes nas fazendas de café da região, que consiste, em geral, na casa-grande, senzala, tulha e engenho, por exemplo. É importante destacar que no universo das cinco fazendas pesquisadas neste trabalho, o espaço da senzala é inexistente em boa parte dessas propriedades, tendo somente a Ponte Alta preservado sua estrutura física. No entanto, todos os discursos preservam a memória das senzalas ao mencionarem a existência desses espaços e apresentarem suas funções.

A narrativa de Marcelo Muller começa abordando o histórico da fazenda, fundada no século XVIII, em 1720, pela família Gomes Ribeiro de Avellar, que originários de São João Del Rey, chegaram à região do Vale adquirindo um pedaço de terra pelo sistema de sesmarias. Em todos os demais discursos analisados para este trabalho, guias e proprietários dão inícios às suas narrativas apresentando quais grupos e agentes adquiriram essas propriedades e quando isso ocorreu. Isto, talvez, se justifique pelo fato de que uma das principais intenções é divulgar o passado

³² MARQUESE, Rafael. Op. Cit. p.166.

glamouroso e opulente das fazendas, o que é possível mencionado o fato de terem sido famílias com influência social, política e econômica as adquirintes desses espaços. Sobre a história que será abordada ao longo da visita guiada, Muller explica:

Na verdade a gente aqui conta um pouco da história do café. Essa história que no século XIX foi muito importante para o Brasil, aonde a riqueza tirada das terras do Vale teve uma importância muito grande, não só na concepção da personalidade do brasileiro, mas também da economia e cultura daquele momento. Nesta região, a cultura francesa foi muito importante dentro do dia-a-dia, em que Barões e grandes fazendeiros tentavam trazer essa cultura de fora, da Europa, construindo verdadeiros casarões, palacetes dentro do Vale do Paraíba.³³

O trecho acima revela que o intuito da visita é relatar a história da São Luís e do Vale do Paraíba sob o prisma do período cafeeiro, já que o auge da economia na região foi durante a produção de café no XIX. No entanto, é importante atentarmos para o ano de fundação da São Luís da Boa Sorte. É no século XVIII que ela é inaugurada e que a família dos Ribeiro de Avellar começa a fazer uso da fazenda, de acordo com a fala do guia. Mesmo assim, se apresenta como objetivo principal contar durante a visita guiada “um pouco da história do café (...) que no século XIX foi muito importante para o Brasil”. A ideia que se constrói é de que não apenas a fazenda passou a ter função no XIX, mas toda a riqueza e importância da região do Vale do Paraíba só passou a existir com o início da produção de café. Isso evidencia, por sua vez, a intenção em construir a história do Vale e da São Luís pautada em um contexto de opulência. Além disso, há o intuito de explorar o fato de que a partir dos século XIX, hábitos e costumes foram mudando e cada vez mais se assemelhando aos da Europa, o que mostra ao grande público o glamour e o requinte existentes no passado da propriedade.

Atualmente, somente uma das senzalas, entre as três que existiram no XIX, está de pé e foi adaptada para receber hóspedes, cujo o intuito é de explorar o mercado hoteleiro da região. O negro africano, portanto, tem sua história abordada enquanto escravo nas fazendas de café do Vale do Paraíba, o que contribui para construir o imaginário social sobre o africano a partir de sua condição como escravo. De acordo com Marcelo Muller:

³³ Transcrição da visita guiada feita por Marcelo Müller na fazenda São Luís da Boa Sorte, que ocorreu no dia 17/11/2013

A fazenda tinha três senzalas: uma debaixo da casa, outra dentro da tulha e a maior delas todas dentro da lavoura de café. Essa senzala era montada de bambu. Cada vez que a lavoura dava ela era desmontada. Esse escravo que cuidava da lavoura dificilmente ele tinha a liberdade de chegar perto do casarão, só no momento da colheita quando ele trazia esse café pra cá, pra ser secado aí sim ele poderia chegar perto do casarão, senão ele ficava somente na lavoura sendo vigiado.³⁴

Antes de entrarmos no casarão, Muller narrou uma história envolvendo as palmeiras imperiais e alguns escravos. Não se sabe a veracidade da história, mas é possível levantar hipóteses de que este episódio foi contado aos visitantes com o intuito não apenas de relacionar a fazenda São Luís à imagem do Império do Brasil, citando as palmeiras, os principais monarcas e o sistema escravista fatores característicos do período, mas também de evidenciar que a dinâmica da escravidão não estava somente no trabalho com as lavouras, mas também imbricada em diferentes contextos da sociedade oitocentista que não apenas o da fazenda de café. De acordo com ele:

Um detalhe que encanta os que chegam aqui e quem passa na estrada são as palmeiras imperiais em frente à casa. Essas palmeiras imperiais são símbolo do Império do Brasil e era muito difícil conseguir uma muda ou uma semente. Aqui, na nossa região, só o Museu Casa da Hera, em Vassouras, e a Fazenda São Luís da Boa Sorte que tem as quatro primeiras palmeiras e foram dadas por D.Pedro II ao Barão de São Luís e ele manda plantar justamente em frente à casa do irmão, porque aqui era a casa comercial. Todos eles se reuniam aqui para negociar o seu café. Por sinal, aqui na região, vocês vão encontrar várias fazendas com palmeiras imperiais, como era o símbolo do Império no Brasil quem tinha essa palmeira plantada era amigo do rei. Só que nem todo mundo tinha contato com D.Pedro II pra ganhar a muda da palmeira imperial. O que acontecia: todo comércio feito no Vale era através dos caixeiros viajantes. Então, eles passavam nas fazendas, recebiam aquelas listas imensas com tudo o que eles queriam para trazer para as fazendas e, nestas listas, começa a ter pedidos dessas sementes ou então da muda da palmeira imperial. Mas era extremamente difícil conseguir a muda ou a semente. Lá no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, existiu um frei chamado Frei Leo, que era responsável pelas palmeiras imperiais. Por sinal, essas palmeiras não são brasileiras, a origem da palmeira imperial é de Madagascar. Quando D.João VI chega ao Brasil começa a ter a brilhante ideia de fazer um Jardim Botânico no Rio. Ele contrata um pirata francês que passa recolhendo mudas e sementes em todos os continentes. Entrega a ele pra que pudesse plantar no Jardim Botânico. A semente chega na famosa caixa de sementes que o pirata entrega a D.João e ele manda plantar. A tradição de plantar as palmeiras passa por D. João VI, D.Pedro I e D. Pedro II. Bom, então o que acontece... O mascate, em um primeiro momento, tentou contato com Frei Leo, mas não conseguiu. Então, ele tinha um grupo de dez escravos, que cuidavam das palmeiras imperiais. Ele era tão rigoroso com a palmeira imperial que mandava o escravo subir

³⁴ Idem.

nu na palmeira e pegar aquele cacho. O problema não era subir, era descer (risos). Bom, então entregava a ele, ou ele plantava ou ele queimava. Um mascate muito esperto aqui da região consegue contar para esses escravos e eles subiam na palmeira. E começa então a trazer essas sementes e entregar aos Barões de café do Vale. Tanto é que cinco anos antes da libertação dos escravos, no Brasil, esse grupo de dez escravos do Jardim Botânico já tinham comprado sua liberdade, porque o dinheiro arrecadado com a venda das sementes era levado direto pra eles e eles guardavam e compravam sua carta de alforria. Então, os Barões ficaram felizes que todos eles viraram amigos do rei e mais felizes ainda ficaram os escravos, já que por causa da semente eles ganhavam suas liberdades.³⁵

Ao entrarmos no casarão, o primeiro cômodo apresentado foi a sala de visitas, com belíssimos móveis e objetos de época que se contrapunham a objetos contemporâneos como a televisão e o ar condicionado pendurados na parede. Os visitantes assistiram um vídeo mostrando uma apresentação da mostra *Casa Real*, sendo este um dos principais projetos nos quais a São Luís está envolvida atualmente. O vídeo narrou um breve histórico da fazenda e contextualizou a situação da propriedade nos dias de hoje, mostrando o interesse de diversos grupos em patrocinar sua restauração e manutenção. Desde que Nestor Rocha, atual presidente da PRESERVALE, se tornou proprietário da fazenda, a São Luís vem passando por um processo intenso de restauração e conservação. Durante o processo de reforma foi adquirindo móveis através de leilões, garantindo à fazenda características de antiquário. Desse modo, ao receber os visitantes, a São Luís apresenta a história de diferentes passados, contextos, personagens, e não apenas, o passado histórico do Vale e da propriedade, no século XIX, embora o turismo histórico cultural na região pareça focar intensamente a imagem de um Vale do Paraíba cafeeiro. Há, por exemplo, quadros de pintores espanhóis do século XVIII, um piano do século XIX, imagens sacras do século XVII, entre outros. Segundo Marcelo Muller:

Bom, essa casa aqui, quando o atual proprietário adquiriu, ela praticamente estava demolida. O antigo proprietário da fazenda, há dez anos atrás, teve problemas financeiros e teve que entregar essa propriedade ao Banco do Brasil e este colocou um interventor aqui, sendo ele um criador de gado da região. Esse interventor resolveu então arrancar portas, janelas, tudo o que tinha de valor (já não existia mais os móveis porque haviam sido retirados). E dentro da casa foi montado um curral de engorda de boi. Quando o atual proprietário compra a fazenda ele contrata um arquiteto chamado João Reis - que é aqui da nossa região, especialista em século XIX - e com a planta original da casa ele a reconstruiu conforme a primeira vez, lá no

³⁵ Idem.

século XIX. Não temos o mobiliário original da casa, mas desses sete anos de restauração foi colocado aqui dentro mobiliários do século XVI até o século XIX, e que retratam boa parte do que existia dentro dessa casa.³⁶

A visita guiada foi encerrada após o almoço. Os visitantes foram levados à capela São Luís, reinaugurada em 2007. De acordo com Muller, a capela foi erguida no século XIX, mais precisamente no ano de 1844, e sua construção simbolizou a devoção do então barão de São Luís - Paulo Gomes Ribeiro de Avellar - à São Luís de França. Todo o projeto de restauração teve o apoio cultural da Lei Rouanet e dos investimentos realizados pela empresa LIGHT, o que evidencia a importância da relação entre iniciativas públicas e privadas no âmbito da cultura. No site da fazenda há um breve texto que explica o processo de restauração e o valor simbólico atribuído ao espaço da capela. De acordo com o site:

(...) O altar da Capela expõe as imagens de santos dos séculos XVIII e XIX. Em sua lateral está a imagem em tamanho original de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão. Depois de devolver à cidade a bela Capela, foi mantido o espaço de fé. A relação construída com as irmãs do Mosteiro de Luz nos permite entregar após cada uma das missas realizadas as pílulas milagrosas. Acreditamos neste movimento de fé, cujos relatos particulares de milagres façam questão de mantê-los guardados. Todos os meses mais de duzentas pessoas de toda região e do estado procuram a Capela de São Luís. Hoje ela é um patrimônio turístico inquestionável da cidade de Vassouras e da Região do Vale do Café. Sua restauração também nos devolveu um belo espaço a céu aberto com a Capela frontal e a Casa do Padre, uma construção lateral totalmente preservada que abrigou durante dezenas de anos uma escola primária.³⁷

A memória do Império, sobretudo, da riqueza aristocrática, é o enredo das narrativas construídas pelo conjunto de fazendas até aqui analisado. Cada qual com suas diferenças, mas sempre parecendo ter como intenção enfatizar o período oitocentista como um momento áureo, cujas propriedades estiveram inseridas. Essa perspectiva se mantém presente nos discursos das fazendas Ponte Alta e Arvoredo, que por sinal, têm como característica similar a encenação durante as visitas guiadas em que os guias se vestem de barões e baronesas para recepcionar os visitantes, incorporando o personagem de época com penteados, maquiagens, acessórios e vocabulário característicos do período. Desse modo, é coerente afirmar que a história que se pretende contar é das elites imperiais, cujas opulentas fazendas fazem parte de

³⁶ Idem.

³⁷ Disponível em: www.fazendasauluisdaboasorte.com.br. Acessado em: 19/01/2015.

seus bens materiais. Isso não quer dizer que o negro africano não seja apresentado aos visitantes. Muito pelo contrário. Ele é mencionado como força motriz para o crescimento e manutenção de toda a riqueza gerada com as lavouras, mas ainda condicionado a imagem do escravo, do submisso, que por vezes poderia se rebelar, fugir e apanhar caso encontrado. Escolhi trabalhar com a análise das visitas da Ponte Alta e da Arvoredo de forma simultânea, não somente pelo fato de ambas encenarem suas narrativas, mas por acreditar que têm a tentativa de apresentar ao grande público outros elementos que fazem parte da experiência africana, como aspectos culturais e religiosos.

Ponte Alta: a experiência africana em destaque

A fazenda Ponte Alta está localizada na rodovia RJ-145, que faz conexão com os municípios de Barra do Piraí e Piraí. O acesso fica próximo à estação ferroviária de Santana da Barra, cujo trajeto perpassa o bairro de Parque Santana. Construída no século XIX, seu uso atual é comercial, corte de gado, e seu atual proprietário é Jair Ferreira, que de acordo com os guias Michele e Roberto, não interfere diretamente na organização das atividades culturais na fazenda. O trabalho da propriedade com o turismo histórico cultural teve início com a gestão de Nellie Pascoli, proprietária na década de 1960, que deu início ao movimento de valorização da fazenda como herança patrimonial. Sua sobrinha e herdeira Evelyn Pascoli, ao assumir a fazenda dá início aos projetos culturais organizando as visitas guiadas e os saraus. O guia turístico Roberto já trabalhava nos projetos e os levou adiante após a morte da então proprietária, que ficou conhecida como a pioneira do turismo histórico cultural no Vale do Paraíba. Na década de 1990, Pascoli criou o sarau histórico na Ponte Alta retratando teatralizando a história da fazenda. Foi diretora executiva do Instituto PRESERVALE e secretária de turismo de Barra do Piraí. Evelyn Pascoli morreu em 2003 e a fazenda foi comprada por Jair Ferreira. Atualmente, os principais administradores dos projetos culturais são Michele e Roberto. Ambos são guias turísticos de formação e historiadores. Em conversa com Michele ela ressalta que a

formação de história veio do desejo em trabalhar com o projeto pedagógico de visitas guiadas de forma mais qualitativa. Segundo Michele:

Eu tinha feito turismo antes, mas aí a gente dava aula de história sem sermos professores de história. Isso, porque a gente tem um projeto pedagógico e recebemos escolas a semana inteira. O intuito é aprender história de forma lúdica. Escolas estrangeiras também. Hospedagem com escola. Aí, a gente foi fazer história por conta disso, por causa da parte pedagógica.³⁸

Tanto na visita guiada, quanto no site institucional da fazenda, a história que se conta é que a Ponte Alta foi fundada em 1830, por José Luiz Gomes, futuro Barão de Mambucaba. Este adquiriu as terras como lote de sesmaria, que media 6 km por 6 km e havia sido doada pela Coroa Portuguesa. Através da plantação de café, no XIX, a fazenda se tornou um importante espaço de lucro e riqueza até que hipotecada ao Branco do Brasil com o advento do regime republicano no Brasil. O Conde Modesto Leal a compra na virada do século XX, que deixa a propriedade como herança para sua neta Isabel Modesto Leal. Esta, amiga pessoal do ex-presidente Getúlio Vargas, faz com que a Ponte Alta seja espaço de reuniões políticas e de descanso do então presidente. Há, inclusive, o *Sarau Gegê*, que faz referência às visitas de Getúlio Vargas a fazenda Ponte Alta.

Ao chegar na propriedade, eu e os demais visitantes fomos recebidos por Michele e Roberto, então guias da propriedade, que estavam vestidos de barão e baronesa de mambucaba. Gentis e simpáticos, pediram para que aguardássemos na antiga tulha, atualmente, sala de recepção da fazenda. Os visitantes eram todos hóspedes da fazenda e se mostraram interessados na narrativa dos guias, sempre fazendo perguntas e observações. No grupo, havia casais, idosos e poucas crianças. Ao dar início, Michele e Roberto se apresentaram como barões e o discurso teve início com a seguinte fala:

Mais uma vez bem-vindos à fazenda Ponte Alta. Quem bom que vocês vieram visitar essa fazenda que é histórica, fundada pelo barão de Mambucaba, em 1830. Vocês conhecem Angra? Conhecem a vila de Mambucaba? Aquela região toda lá era terra do barão, só que sua riqueza ele fez aqui nessa fazenda, que foi uma sesmaria. Media 6km por 6km, que eram os lotes que a Coroa Portuguesa doava para homens que não

³⁸ Entrevista cedida pela guia turística Michele na fazenda Ponte Alta em 04/08/2013.

precisavam ser nobres. Na verdade, o que eles tinham que ter era bastante escravo, para desbravar a região, produzir riqueza e levá-la para Portugal. E essa região aqui sustentou Primeiro e Segundo Reinados no Brasil com a produção de café. Existe um corredor de fazendas históricas que plantou muito café no século XIX, e a mais visitada é essa fazenda, porque é a única que possui um conjunto arquitetônico ainda original da época – se chamava “quadrilátero funcional”. Os Barões quando construía essas arquiteturas eles formavam um quadrado, depois lá na parte de baixo, na senzala, vocês vão poder ver e perceber isso melhor. Era para abrigar os escravos e produzir o café. Então, tudo acontecia dentro de uma “mini-fortaleza”. As outras fazendas têm um pedaço de uma arquitetura, tem um pedaço do engenho, mas todas as arquiteturas “de pé”, somente aqui.³⁹

E acrescenta:

(...) Na verdade, nessa visita, o que eu farei? Eu farei uma contextualização da história para vocês, da região, da economia cafeeira, de objetos, porque aqui o que acontece? A história é viva, então por todo lugar que passarmos cruzaremos com objetos, com as arquiteturas, e aí depois montaremos uma historinha na cabeça. Tá bom?⁴⁰

Percebe-se o intuito de enaltecer a fazenda. Ao longo de toda a narrativa se busca fazer com que os visitantes reconheçam a Ponte Alta como a construção mais acabada e original do período cafeeiro no Brasil, sempre destacando os objetos que ainda estão alocados na propriedade, utensílios, alguns vestuários, cômodos e espaços como a senzala, a antiga tulha, entre outros, que ainda existem e são conservados a partir de projetos de restauração. É como se ela, a Ponte Alta, fosse a única propriedade do circuito de fazendas históricas a proporcionar ao visitante o regresso ao passado. Além disso, todo o funcionamento de como o café era produzido, ensacado e vendido foi explicado mostrando a preocupação de fazer com que a narrativa apresente aos visitantes a história do café dentro da Ponte Alta, o que contribui a construir a imagem da fazenda relacionada ao período cafeeiro. O trecho abaixo ilustra essa ideia:

Nós estamos agora dentro da antiga tulha. Essa arquitetura parece uma casa, porque ela foi restaurada em 1970, foi transformada em uma residência, mas no século XIX, isso tudo aqui era o coração da fazenda, era o local onde se despulpava o café. Essas engrenagens, esses eixos, essas roldanas... Isso tudo é original da época – são eixos ingleses. Tudo funcionava aqui. Todo mundo já viu que atrás da parede tem uma roda d’água. Também tem os aquedutos. Lá no Rio de Janeiro não tem os Arcos da Lapa? Que foi um grande aqueduto? E são bem menores. Lá em cima, tem um canal. A água passava, caía na roda e a roda começava a girar – movida pela força da água,

³⁹ Trecho referente à visita guiada da fazenda Ponte Alta, que ocorreu no dia 04/08/2013.

⁴⁰ Idem.

que é uma energia limpa – e se começava a movimentar as roldanas. Existiam correias nessas roldanas, que eram ligadas aos braços dos pilões que ficavam presos aqui. Estão vendo esses parafusos retangulares? (no teto) Neles ficavam presos vários braços. E o móvel que ficava aqui possuía nove bocas, ele ia do biombo até o bar, com bocas enormes. Então através da força da água o braço abaixava, voltava e quebrava a casquinha pra que se soltasse a polpa. E tinha que ser assim, apesar de ser um pilão muito pesado e a força ser bruta, era uma força contida. Então, é uma engenharia inglesa muito perfeita, porque não podia triturar a polpa, senão não tinha valor comercial, era somente quebrar mesmo a casquinha. Depois, esse café era ensacado e pesado. Quando vocês subiram as escadas observaram uma balança? Aquela ali é original. Ficava aqui, nesse local. Se pesava todas essas sacarias e as armazenava aqui em cima, aonde se entulhavam os sacos de café. A parte de cima da antiga tália é um museu hoje em dia. Abriga alguns móveis que eram da Casa Grande, algumas peças e nós vamos lá pra parte superior fazer um apanhado delas⁴¹.

No caminho para a parte superior nos foi apresentado uma escultura em madeira de São João Batista do Deserto, esculpida por um escravo da Ponte Alta. O discurso de Michele se mostrou consciente da importância em relativizar a condição de escravo abordando a ideia de que todo o contexto de violência e opressão não limitava o africano enquanto sujeito histórico. A partir deste momento, a narrativa parecia querer problematizar a condição do negro africano enquanto escravo se mostrando consciente da necessidade em desmistificar estereótipos e senso comuns. De acordo com a guia:

A gente tem que deixar de pensar que escravo era só força braçal. A gente pensa que escravo era só lavoura. Porém, a sociedade escrava era bem diversa. Tinham muitos tipos de escravos, com funções diferentes, características diferentes. Quando vocês pensarem em escravo é possível pensar exatamente assim: o que é que escravo era? Uma mercadoria móvel, que se vendia e que se comprava e que se trocava. Agora, o tipo de relação que o escravo possuía com o dono também poderia variar. Por isso, que a sociedade escrava era diversa. Não pensem no escravo apenas como submisso.⁴²

Chegando a parte de cima da antiga tulha, imagens, móveis, objetos e acessórios foram dispostos em exposição para a visita guiada e talvez por isso o espaço seja nomeado como museu pelos guias. Objetos como os “balangandãs”, copos utilizados por tropeiros, mesa de refeição da época e réplicas do Debret, cerca de quatrocentas cópias, foram comentados pela guia. Ao longo da narrativa, foi apresentado o que fazia referência aos hábitos aristocráticos e que eram de uso dos escravizados da fazenda. Foram mencionados também as diferentes funções que os

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

africanos escravizados assumiam na sociedade patriarcal do XIX, bem como a ideia de que a submissão das mulheres brancas, naquele momento, não era necessariamente uma regra. De acordo com Michele, a pesquisa sobre a mulher e o universo feminino do qual fez parte, contribuiu para que ela pudesse explorar com mais propriedade a presença da mulher na sociedade patriarcal. O primeiro objeto apresentado foi uma réplica de Debret, exposta na parede do cômodo. Ela mostra que na imagem estão representados um homem funcionário público, sua esposa, filhas e uma escrava de luxo. Desse momento em diante, há uma longa e detalhada explicação sobre as diferentes funções sociais que as africanas poderiam exercer para além do trabalho na lavoura como é possível perceber a seguir:

Já ouviram falar nas escravas de luxo? Essas escravas eram educadas desde pequenininha com a educação da nobreza, por que aí é como se estivesse valorizando a mercadoria para depois vender muito mais caro. Podia, inclusive, intitular a escrava como de luxo. Tipo: - “Ah! Eu tenho uma escrava de luxo”. Era como se fosse um título. Eu já achei a nota de compra de uma escrava de luxo e transportei o valor para a moeda atual. É como se ela valesse hoje em torno de uns R\$ 30.000,00. O preço de um carro popular zero. Essa aqui (aponta para o quadro) era mestiça, vinha de uma relação com um escravocrata e uma africana. Tinha os olhos claros, sabia tocar quatro músicas no piano e sabia ler e escrever algumas palavras. Essa escrava andava tão bem vestida como a senhora. Em minissérie ou novela, elas são retratadas como se fossem damas de companhia das sinhazinhas. (...) Além da escrava de luxo, havia a ama de leite. As amas de leite eram muito comuns nas fazendas. As baronesas não davam conta de amamentar tantos filhos que elas pariam. Todo ano tinham um filho e aí tinham essas africanas que eram responsáveis por amamentar. Mas também elas, as baronesas, não faziam muita questão de amamentar. Eu já li o diário de uma mulher do século XIX, que ela escreveu mais ou menos assim: “Já que elas parem seres tão fortes para trabalharem na lavoura é porque o leite delas deve ser bom”. Aí, tacava as crianças com as amas africanas. Aí, o que é melhor? Ser da lavoura ou da casa como ama de leite? Dentro da casa-grande tinha a mucama. Mucama era o que? Era uma escrava da casa, como se fosse uma governanta. Ela tinha uma relação pessoal com a baronesa e ajudava a administrar a casa-grande. (...) Tinham as amas secas também. Ama seca era o que? Ama seca não amamentava. Ela faz o que então? Ela cuida. Era a babá da época. (...) Para ser uma ama de leite é necessário ter parido há pouco tempo ou então vai ter um neném (eu falo parir, porque era um termo muito usado na época, tá, gente?). E aí, o que a baronesa pode fazer com essa criança que nasceu de sua ama de leite, que poderia até acontecer dela deixar de amamentar os filhos pra amamentar os filhos da senhora. Essa criança vivendo na casa-grande, convivendo lá com a família vai se tornar o quê futuramente? Escravo(a) de luxo.

E acrescenta:

Eu já fiz uma pesquisa sobre a mulher e o universo feminino aqui nessa região. Na verdade, existia um modelo a ser seguido. A sociedade era o que? Patriarcal. O homem era quem ditava as regras, era ele quem dominava. Era ele quem dizia o que

tinha que acontecer. E as mulheres eram educadas desde pequeninhas dessa forma. Entenderam? Obedecer! Só que... Não muda nada, gente. É igual hoje. Se uma mulher fosse para o casamento com um dote considerável, ela também mandava. Era como se fosse um entrecruzamento de textos, entendem? Eles fingiam que mandavam e elas fingiam que obedeciam. Mas, elas também conseguiam se organizar e seguiam, às vezes, o modelo. Mas também não era todo mundo não e aqui no Vale é interessante, porque é interior, mas tiveram várias mulheres que transgrediram a esses valores. A Eufrásia Teixeira Leite, se um dia vocês visitarem Vassouras e quem já visitou lá o Museu da Era sabe da história dela, foi uma mulher chamada de Baronesa de Vista Alegre. Ela ficou viúva, poderosa, cheia do dinheiro... Precisava dar satisfação a alguém? Aí, o que ela fez? Ela comprou um escravo de luxo. Ele era a companhia dela. Tempos depois ela o alforria. (...) Por isso que eu digo que a relação que existia entre escravos e senhores variava.⁴³

O africano escravizado, portanto, é apresentado aos visitantes neste primeiro momento, como alguém que realiza tarefas que não se restringem ao trabalho com o cultivo do café, que não se restringe somente ao espaço da fazenda. O escravo maleiro, carpinteiro, carteiro, alfaiate, entre outros, são alguns dos ofícios citados pela guia. Até aqui, o negro ainda é apresentado sob o prisma da escravidão, mas de uma escravidão que não está limitada apenas a lavoura. Se amplia, então, o campo de atuação do africano escravizado e com isso se mostra a presença desses homens em diversos espaços sociais. Para além disso, Michele menciona o fato de que muitos desses escravos guardavam o dinheiro recebido pelo ofício prestado para a compra da alforria, sendo essa uma das práticas que exemplifica a ideia do escravo enquanto sujeito da própria história, enquanto não submisso, enquanto ser pensante, enquanto homem. Isso não quer dizer que todos os visitantes concordarão com a ideia, mas evidencia o esforço de se construir uma narrativa que reposicione velhas ideias e apresente novas visões.

Ao explicar e apresentar aos visitantes a “poupança mística”, os chamados balangandãs, Michele comenta sobre a produção desses objetos e seu significado para as escravas. Ela explica que era através desses objetos que as escravas guardavam suas economias e o exibir ajudaria a conseguir destaque na sociedade. Cada elemento pendurado no balangandã teria um significado religioso e ao ser montado se seguia uma sequência e era realizado um ritual. O último elemento, segundo Michele, seria a figa, que simbolizava a liberdade. Após montado, o balangandã era exibido na cintura como forma de mostrar aos demais certo poder. Comenta, inclusive, que muitas dessas mulheres dispensavam a compra da alforria e preferiam comprar escravos

⁴³ Idem.

como forma de garantir status social e terem seus espaços reconhecidos e respeitados.

Michele explica:

50% das escravas arrumavam com o pecúlio o dinheiro para a compra da própria liberdade, mas os outros 50% de escravas compravam escravos também. Tinha dinheiro e preferia se tornar escravocrata. Não é estranho tentar entender isso? A pessoa era escrava. Por que agora ela também vai querer ter escravos? É um pouco estranho, mas não é difícil entender. Por que? Porque a sociedade era assim. Era escravocrata. Como é que se media o prestígio de uma pessoa naquela época? Pelo número de escravos. A ideia era de que se a pessoa tinha dinheiro, ela já poderia se tornar um dono(a) de escravos. (...) E ela não é como a escrava da lavoura. Ela não fica o dia inteiro sendo monitorada pelo dono e pelo feitor com chicote na mão. Essa não! Essa é a escrava do tabuleiro. Ela que administra o negócio do dono. A relação que ela tem com o dono é diferente. (...) É interessante pra ela comprar a alforria? Gastar o dinheiro dela todo com a alforria? Porque de certa forma ela já é um pouco livre, e se ela tiver escravos a sociedade vai ter outra visão dela. Uma escrava de ganho que circulava com os escravos, a sociedade olhava e falava: “Oh, aquela lá era uma escrava de ganho que pertence a fulano de tal, mas ela é uma senhora de escravos”. Então dava status, poder. E por que elas optavam montar dinheiro através desse objeto? Porque escravo não tinha direito. Se ele quisesse abrir uma conta no banco – Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, que são instituições do século XIX – não poderiam. Se ela guardasse debaixo do colchão era meio perigoso, porque se alguém roubasse não teria como reclamar. Então elas guardavam nesses objetos que também têm poder místico. E é muito interessante, porque dependendo da etnia existem “balangandãs” diferentes com significados diferentes. Vocês podem encontrar, por exemplo, em Minas Gerais, alguns com pimenta, com pomba... Aqui na região, alguns “balangandãs” tinham pimenta – que eram dos Bantos – e aí vai mudando também os elementos e o significado deles.⁴⁴

Objetos ligados a cultura aristocrática como o gomil - lavabo da época - e o tipo de vestuário foram apresentados e explicados. Ao longo de toda a narrativa, foi possível perceber que Michele não se concentrou apenas nos relatos que exaltam a pompa aristocrática da época, mas também apresentou ao público hábitos e costumes que em um primeiro momento podem causar estranheza. Ao falar sobre o gomil, Michele menciona a curiosidade sobre o banho não ser um costume natural entre as elites da época. Além disso, aborda o fato de que as roupas usadas não eram adequadas para o clima tropical do país. A guia ainda ressalta que leu o diário de uma moça do período que relatou ter tomado em um mês quatro banhos, o que provocou o estranhamento e as risadas de alguns visitantes. Explica ainda, que o uso de roupas inadequadas ao clima do país estava muito ligado a necessidade de manter as

⁴⁴ Idem.

aparências, inclusive, pelo fato de que copiar os costumes do exterior simbolizava status e riqueza.

Na parte externa, fomos apresentados a antiga senzala, que atualmente aloca objetos relacionados aos negros africanos. Mudanças na estrutura física do cômodo foram realizadas, como a construção de janelas e um revestimento sob as paredes. Dentro do espaço estão dispostos: objetos de tortura e manuseio dos escravos - como o vira-mundo e o arado, por exemplo -, imagens de orixás, a réplica da nota de compra de um escravo, da Lei Áurea, entre outros. Há, inclusive, uma das paredes que não recebeu revestimento com o intuito de expor aos visitantes o que, de acordo com a guia, o trabalho de restauração apontou como as marcas dos dedos de escravos. Portanto, o espaço possui valor simbólico não apenas por ter sido senzala no período da escravidão, mas por hoje em dia expor objetos e documentos que constroem parte da história do africano aqui escravizado e contribui na formação do imaginário social sobre a gente escravizada. Ao nos mostrar a réplica da Lei Áurea, emoldurada em uma das paredes do local, explicita as falhas das leis abolicionistas que foram criadas ao longo do XIX, mencionando a situação das crianças, filhos de escravos, nascidos após a Lei do Ventre Livre, que ficavam dentro das fazendas sob a tutela dos senhores até a maior idade. Há, também, ilustrações de orixás penduradas nas paredes. Ao mencionar a importância da fé para os africanos, Michele sinaliza o fato de que mesmo obrigados a seguir o catolicismo, as religiões cultuadas na África não perderam força aqui no Brasil. Muito pelo contrário. Continuaram a ser praticadas. Michele exemplifica essa afirmação mencionando a associação feita pelos africanos dos santos católicos aos orixás, tendo sido esse o caminho encontrado por eles para continuarem cultuando seus deuses. Michele ressalta:

Todos esses objetos eram da fazenda mesmo. Tem muita coisa que tava enterrada e tem muita coisa ainda enterrada para poder fazer pesquisas. (...) É muito legal visitar essa região, esse bairro, essas casas. Por onde vocês passarem vão encontrar muitas fazendas que retratam toda essa história de escravidão no XIX. Depois, no final, no começo do século XX, começaram a ser doadas as terras aí fizeram um bairro. Mas aqui ainda tem muitas pessoas que são descendentes de escravos que eram aqui dessa fazenda. Então eu, assim, tive privilégio de fazer pesquisa oral com pelo menos duas: uma morreu com cento e três anos e a outra morreu com cem anos. E aí, você consegue saber tudo o que tinha acontecido aqui. É bem legal! É um arquivo vivo!⁴⁵

⁴⁵ Idem.

Em seguida, fomos convidados a participar do sarau histórico que era uma encenação de um diálogo entre a baronesa, o barão de Mambucaba e tinha a participação da escrava Rosa. Foi montado um cenário composto por duas cadeiras, um tapete grande, uma capela, e um moedor de sementes de café. O personagem do barão de Mambucaba foi interpretado por Roberto, a baronesa por Michele e a escrava Rosa por dona Delza, funcionária da fazenda. A encenação tem início com a baronesa rezando, ajoelhada em frente à imagem de Nossa Senhora, e acompanhada por sua escrava chamada Rosa. Ambas levantam. A baronesa senta em uma das cadeiras e Rosa, em uma banquetta, ao lado de sua senhora. As duas começam a tricotar e conversam sobre o casaquinho que estão fazendo, que seria entregue à Luiza, filha dos barões. Quando o barão chega, o diálogo muda. Rosa se afasta para moer sementes de café, a baronesa deixa o tricô de lado e ambos, ela e o barão, começam a falar sobre o casamento arranjado de Luiza com um bom partido. Nesse diálogo, foi perceptível a tentativa de enfatizar as características patriarcais da sociedade da época, sobretudo ao destacar o casamento arranjado pelo barão e ao restringir a participação da baronesa nos assuntos a respeito da colheita de café, dizendo que ela não entende sobre os negócios e que prefere que ela se dedique nos cuidados com os afazeres da casa. A cena também destaca a forma como a baronesa se relacionava com uma de suas escravas, que poderia trabalhava na cozinha, moía semente de café e também servia como companhia para o tricô.

A encenação termina com os pensamentos de Mambucaba a respeito do futuro da fazenda, explicitando o desejo de que aquelas terras passassem de geração em geração através de filhos, netos e bisnetos, o que não ocorreu. Roberto então deixa o personagem e começa a contar junto com Michele a trajetória da Ponte Alta após a Lei Áurea, comentando sobre a queda na produção de café e o fato de os lucros obtidos com a lavoura sofreram bruscas oscilações. Em seguida, apresentam dona Delza, que nos contou que trabalha na fazenda e que aos poucos começou a se interessar pela trajetória de seus descendentes escravizados que viveram em fazendas do Vale. De acordo com ela, sua bisavó foi escravizada na região e disse ter recorrido

à mãe pra saber melhor sobre a história de seus antepassados. Dona Delza nos explica que:

Quando houve a abolição dos escravos, nem todos os negros foram embora. Alguns continuaram morando na fazenda e mantinham sua cultura, como jogar capoeira bem no canto deste lugar. Daí, eu comecei a me interessar mais pela história. Eu parei para pensar: eu também devo ter a minha história. Daí fui conversar com a minha mãe. A minha mãe disse: a sua bisavó foi escrava na Bahia. Quando houve a abolição dos escravos, ela veio para essas bandas dessas redondezas, não aqui para a fazenda Ponte Alta, mas para uma fazenda do Vale do Paraíba que eu nem sei qual é, com a minha avó, ainda bebê. E, chegando aqui, com o passar do tempo, a minha avó, com seus doze para treze anos, ela conheceu um senhor e com ele se casou. E, dentro deste casamento, eles tiveram vinte e quatro filhos. Minha mãe se casou com seus treze anos de idade e teve dezoito filhos. Minha mãe faleceu em 2008, na véspera do aniversário, e este ano ele iria completar seus cento e quatro anos. Eu me sinto realizada, eu me sinto orgulhosa de fazer parte de todos esses negros que passaram por aqui. Bem, agora eu vou falar é de mim. Eu sou a Delza e trabalho na pousada Ponte Alta há um bom tempo. Quando foi criado este sarau, eu fui convidada para fazer o papel de mucama Rosa e eu aceitei. Gosto de fazer e me sinto realizada de participar de tudo isso. Agora, peço licença que eu vou chamar o seu barão de Mambucaba pra continuar contando um pouco mais aqui da nossa história.⁴⁶

O trecho acima revela que dona Delza se identifica com o passado escravista, ou seja, conhecer mais sobre a escravidão é conhecer também seu passado e o de seus descendentes, e de acordo com sua fala, seu interesse cresceu ao saber que mesmo com a libertação dos escravos muitos africanos permaneceram nas fazendas e não retornaram aos seus países de origem. Delza é negra e trabalha na Ponte Alta como cozinheira e não há como afirmar que sua cor de pele e seu ofício tenham relação com sua identificação com o passado escravista, nem mesmo se a história de vida relatada por ela é real ou foi construída como parte do roteiro do sarau. No entanto, o relato de dona Delza pode ser considerado mais um elemento que representa o intuito da visita guiada em enfatizar a memória da escravidão como um passado a ser valorizado e pertencente à história da Ponte Alta e da região do Vale do Paraíba. O negro africano é retratado como coadjuvante, afinal, se parte do princípio de que o grande público está mesmo interessado no contato com aquilo que simboliza charme, pompa, conforto e riqueza. Além disso, pode ser que o conhecimento por parte dos guias sobre o povo africano e sua história além escravidão seja frágil, mas é inegável que existe a tentativa em construir uma narrativa sobre o passado escravista que

⁴⁶ Transcrição do sarau histórico da fazenda Ponte Alta realizado em 04/08/2013.

aborde o africano para além de sua força braçal nas lavouras, para além de seu sofrimento enquanto escravo, para além da submissão.

Arvoredo: lazer e cultura

O passado escravista no discurso construído pela Arvoredo teve espaço e demonstrou preocupação em abordar a experiência africana para além das lavouras. A recepção dos visitantes foi feita por Rachel Braga, guia turística e historiadora, que trabalha na fazenda desde desde 2001 com o projeto da visita guiada. Ela estava vestida com trajes típicos de baronesa, neste caso, a baronesa de Santa Maria, que se chamava Rita Clara, o que pareceu ter despertado a atenção das crianças que estavam presentes durante a visita guiada. Elas queriam tocar no vestido de Rachel, comentavam entre si sobre a maquiagem e alguns ficaram próximos a ela durante todo o tempo em que nos apresentava o casarão. Interessante destacar que a fala de Rachel é encenada do início ao fim, já que além de vestida com os trajes de época sua forma de falar tinha o tom mais formal, o que caracterizava a fala de uma baronesa com seus convidados. O trecho a seguir, ilustra essa afirmação:

Meu nome é Rita Clara. Sou a baronesa de Santa Maria, e tenho a maior satisfação de lhes receber em minha residência. Desculpe pelo atraso, mas é que eu estava aguardando a chegada do barão. No entanto, ele mandou um recado e não chegará a tempo de receber os convidados. Então, não estará presente em nosso chá⁴⁷.

Em seguida, Rachel nos apresenta um breve histórico da fazenda Arvoredo. Comenta sobre o fato das terras terem sido doação de sesmaria à José Luís Gomes, o barão de Mambucaba, ou seja, o mesmo dono das terras da fazenda Ponte Alta, por volta de 1818, cuja extensão das terras ia de Angra dos Reis até Barra do Piraí, o que foi dividido tempos depois arrendando três mil hectares de terra ao Marquês do Paraná. A produção de café passou a ser fonte de lucro a partir de 1840, embora cultivado desde 1824. Nicolau Neto Carneiro Leão assume os negócios do pai, que assumiu cargo de confiança no Império à convite de D.Pedro II. Carneiro Leão coloca de pé no ano de 1854 um outro casarão, todo reformado e com novas divisões de cômodos, sendo essa a estrutura existente até os dias de hoje. No início do século XX, a fazenda é vendida para Isa Fernandes, que dá fim definitivo ao uso de mão-de-obra

⁴⁷ Trecho referente a visita guiada da fazenda Arvoredo que ocorreu no dia 25/01/2014.

escrava na propriedade. Na década de 1960, se muda para o Rio de Janeiro com seu esposo e deixa a fazenda como herança para sua neta Neli Pascoli, que introduz a atividade da pecuária no lugar. Na década de 1980, a proprietária morre e deixa a fazenda para seus sobrinhos Ana Heloísa e Augusto Pascoli, ambos primos de Evelyn Pascoli, ex-proprietária da Ponte Alta. Tanto Ana Heloísa, quanto Augusto ainda administram a fazenda, que no ano de 1992, mudou de nome passando de fazenda Santa Maria para Hotel fazenda Arvoredo. Após comentar sobre a sucessão de donos da fazenda, Rachel nos convida a tomar um chá que estava servido onde antigamente era a dispensa da casa. Enquanto comíamos, ela comentava sobre as características de época dos alimentos e bebidas expostos na mesa. De acordo com ela:

No século XIX, não era elegante servir café a convidados especiais. Serviam o chá e o chocolate, que era um costume europeu. Senhoras e senhores, os pratos e as xícaras estão no aparador, copos de suco na bancada. Sirvam-se à vontade.⁴⁸

Após o chá, os cômodos foram apresentados e o destaque na fala de Rachel era para móveis e acessórios originais da fazenda. Ela apresenta uma das mesas da sala de jantar e explica ter sido um presente de casamento dado aos barões em 1858, com o brasão da família gravado. Outro item mencionado foi o piso da sala de passar roupas, que de acordo com a guia, também permanece original desde 1854, assim como o lustre presente de D. Pedro II ao barão de Santa Maria, entre outros. Esse mesmo piso tem relação direta com as escravas da fazenda, já que frequentavam bastante esse cômodo. Sobre isso, Rachel conta que:

O que hoje é o banheiro e a copa eram as salas de costura e foi preservado justamente esse piso, porque no meio ali tem marcas de ferro a carvão que foram deixadas pelas escravas. Provavelmente, a escrava que danificou o piso da casa recebeu algum tipo de castigo, não necessariamente o tronco – porque na fazenda Santa Maria não teve essa questão do tronco. O barão ele era um escravocrata, valorizava seu dinheiro, então ele não maltratava seus escravos pra que ele não tivesse cicatriz e pudesse vendê-lo por um preço muito maior de mercado. Por isso, ele não tinha tronco na fazenda.⁴⁹

Verifica-se, portanto, que para além de apresentar os cômodos do casarão enfatizando os itens e móveis originários da época, se constrói uma narrativa lúdica quando se trata da relação entre os escravos da fazenda Santa Maria e o barão. Uma

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

hipótese possível para isso gira em torno da ideia de que a história que se pretende contar aos visitantes é de um passado glorioso, digno, que mesmo inserido na lógica escravocrata a compaixão e a bondade eram exercidas com os escravos. Outra hipótese seria o intuito de mostrar aos visitantes a importância que o escravo tinha, naquele momento, para o funcionamento da fazenda e para a acumulação de riquezas do barão, fosse através de sua mão-de-obra, fosse servindo como mercadoria em praça pública.

Ao apresentar o átrio, ou pátio interno, Rachel menciona ser um espaço importado dos hábitos europeus, em que a baronesa e suas filhas utilizavam para tomar sol e ler livros. Menciona também os demais cômodos que estão próximos a esse pátio, como a antiga senzala interna em que, de acordo com ela, cerca de trinta escravas dormiam nesse cômodo, além do espaço em que atualmente são os quartos dos hóspedes e que na época dormiam o barão e seus filhos. Na sala de jantar, há em exposição uma pia de madeira, esculpida em um jequeitibá, originária do século XIX e que despertou a atenção de alguns visitantes, porque segundo Rachel, a água que caía da pia era aproveitada pelas “escravas peniqueiras” para lavarem os penicos da casa. Outro item que despertou curiosidade foi uma cadeira conhecida como um dos primeiros exemplares de vasos sanitários do XIX. É a “cadeira de furo”. De acordo com Rachel:

Essa cadeira ela não é nenhum móvel nobre. Ela foi encontrada dentro de uma das senzalas. Podemos constatar que ela foi esculpida por um escravo. Podemos ver que ela é bem rústica. Só que é possível perceber que o escravo errou um pouquinho na medida do furo. Ou ele era bom de mira! (risadas). É que os furos eram maiores, então essa daí ele deve ter aproveitado uma madeira já com esse furo.

E acrescenta:

A imagem de Nossa Senhora da Conceição de madeira que chamamos de “santa do pau oco”, aqui exposta, também foi encontrada dentro de uma das senzalas, senzalas que hoje, são os apartamentos da ala cem. Do cento e um ao cento e vinte e um, foram as antigas senzalas dos escravos de lavoura que a estrutura externa ainda permanece original desde aquela época, de pau a pique. Bom, na época da mineração eles [escravos] utilizavam esse tipo de imagem para fazer o contrabando do ouro. Mas, já na época do café, eles utilizavam essas imagens para enganar seus senhores. Os escravos eram obrigados a se converter ao catolicismo. Não querendo desagradar os seus deuses e não querendo desagradar seus senhores, eles passam a colocar dentro dos santos católicos os seus verdadeiros amuletos de adoração, e assim os proprietários acreditavam que eles tinham se convertido ao catolicismo. Na verdade, eles estavam cultuando o que estava dentro dos santos católicos. Não podemos

afirmar ou constatar que algum escravo tenha realmente se convertido ao catolicismo. Alguns podem realmente ter se convertido, mas a prática comum que eles utilizavam era essas imagens para enganar seus senhores.⁵⁰

No trecho acima, a narrativa de Rachel apresenta aos visitantes a reação dos escravos da época em relação à imposição sofrida para que seguissem o catolicismo. Assim como no discurso da Ponte Alta, a narrativa faz referência a religiosidade africana evidenciando a resistência e o protagonismo do negro escravizado nas fazendas do Vale. Assim como as demais visitas aqui analisadas, o discurso construído pela fazenda Arvoredo explora a imagem de um Império que serviu como contexto político e econômico para o desenvolvimento e crescimento de uma elite aristocrática que se manteve às custas do trabalho escravo nas lavouras, mas que não conseguiu sufocar a luta e o protagonismo dos escravizados. Prova disso é a memória que se faz viva até os dias de hoje sobre a experiência africana no Brasil e as inúmeras práticas culturais herdadas pela sociedade. No entanto, é preciso reconhecer que no contexto das visitas guiadas ainda há muito a ser feito, sobretudo, tendo em vista a influência que essas atividades possuem na construção de uma cultura história sobre o passado escravista. Isso não quer dizer que o presente trabalho tenha encontrado a solução para isso, mas através da análise das visitas foi possível identificar como a produção de história pública ainda é um universo com pequenos recursos e pouco valorizado, tanto pela academia, quanto pelo grande público e envolvidos na produção dessas atividades.

Já na parte final da visita, Rachel Braga comenta sobre o “quadrilátero funcional” e explica aos visitantes a função do conjunto arquitetônico da fazenda no XIX. Ao mencionar o local em que a senzala externa ficava, contou sobre a suposta prática existente na fazenda Santa Maria de usar a escravaria para reprodução. De acordo com ela, a partir da lei Eusébio de Queirós, o valor do escravo aumentou exponencialmente, o que dificultava a compra de mão de obra africana para o trabalho na lavoura. Ela explica que no ano de 1851, foi construída a senzala dos “escravos reprodutores” e das “escravas parideiras”, que de acordo com Rachel, foram utilizadas por vinte anos. Rachel explica que:

Essa senzala funcionava em quatro partes: a primeira era de reprodução propriamente dita. Havia uma média de vinte mulheres para cada três homens e eles só tinham a função de produzir novos escravos. A senzala era fechada com uma porta bem

⁵⁰ Idem.

pequena, sem janela, sem nada pra que os escravos não se distraíssem com ruídos externos. Eles tinham que ficar ali, trabalhando. Trabalhavam pesado. Serviço pesado (risadas). Bom, depois que a escrava já estava grávida ou prenha como se dizia na época, ela ia para uma segunda senzala para ficar cuidando da sua gravidez até o momento de parir. Depois ela ia para a senzala parideira. Ela ficava na senzala parideira até os quarenta dias após o parto. Após esses quarenta dias, a escrava tinha duas opções: ou voltava para senzala de reprodução ou ficava na senzala chamada “senzala de criação”, aonde se cuidava dos bebês até os quatro anos de idade. Após esse período as crianças já iam para a área funcional trabalhar na lavoura. É o intercâmbio, a troca, o escambo desses escravos. Desse modo, não se traficava tanto esses escravos diretamente da África, era mais a troca entre fazendas. Mas, essa prática acaba em 1871, com a Lei do Ventre Livre, que liberta todos os escravos nascidos a partir de 28 de setembro de 1871. Não é mais vantagem para as fazendas de café manter a mão de obra reprodutora. Eles acabam então com a senzala de reprodução. O barão manda demolir essas senzalas, porque a fiscalização a partir daí começa. Então quem tivesse senzala de reprodução era multado.⁵¹

Não foi possível descobrir a fonte que embasou a fala de Rachel no fragmento acima, embora ao longo de minha trajetória acadêmica não tenha tido acesso a documentos que retratassem a existência desse tipo de prática e analisassem suas causas e consequências. Contudo, expôr ao público esse suposto acontecimento, sendo ele fantasioso ou não, registrado ou não em manuscritos, bibliografias ou em fontes orais, significa apresentar o tipo de tratamento que um escravo estaria sujeito a receber; é, no mínimo, enfatizar o caráter bárbaro e cruel a que os negros africanos estavam submetidos. Nesse sentido, a reação por parte do público foi sintomática com observações do tipo: “Que horror!”, “Nossa! Quanta crueldade!”. Isso, a meu ver, sinaliza o efeito provocado por esse relato no imaginário dos visitantes.

Ao longo deste trabalho, foi possível identificar que a imaginação é um elemento existente nas narrativas das visitas guiadas. Ao visitar as fazendas era perceptível que boa parte do público visitante estava interessada no passeio como um todo, ou seja, o interesse era pelo conforto da fazenda, pela boa comida, pela rede, pelo passeio no gramado, pelas atividades de lazer, pela fazenda como um todo e não somente na história da fazenda. Desse modo, acredito que a visita guiada enquanto prática comercial e cultural, tenha como um dos objetivos se adequar ao mercado e ao mesmo tempo divulgar a fazenda, a região e suas histórias e, nesse sentido, a veracidade do que se conta e do que se divulga se mantém em segundo plano, atendendo às curiosidades do público e por que não floreando o passado do lugar. Isso em nada tem a ver com a formação do guia, embora defendendo a necessidade e a

⁵¹ Idem.

urgência em organizar atividades como essas pautadas em estudos e pesquisas. A verdade é que historiador ou não, a forte impressão que ficou é de que o guia é contratado pelas fazendas para servir a um público que em sua maioria é de classe média/classe média alta e que tem expectativas e exigências nem sempre pautadas na qualidade do que está sendo divulgado enquanto história, mas sim em como os serviços oferecidos pela fazenda estão sendo realizados.

Ao fim da visita na Arvoredo, todos foram convidados para assistirem a uma roda de capoeira, que seria apresentada no pátio externo do casarão. O grupo é de Barra do Piraí e, após a apresentação de todos os componentes, mestre Léo explica que o intuito é mostrar os diferentes tipos de cantos e ritmos que a capoeira tem. Os capoeiristas se apresentaram por mais de uma hora e foram poucos os visitantes que não permaneceram até o final. Isso não quer dizer que todos ali presentes estavam necessariamente interessados em aprender um pouco mais sobre a cultura afro. Na verdade, nos limites desta pesquisa, não há como medir a recepção das visitas guiadas entre o grande público, mas há como considerar a importância de alcançar um público majoritariamente de cor branca e de classe média alta através de atividades, como a capoeira, e de discursos que busquem apresentar a experiência do africanos e de seus descendentes para além da escravidão, apresentando diferentes realidades, diferentes culturas, diferentes protagonismos.

Ao longo deste capítulo foi possível identificar que as visitas guiadas aqui analisadas contribuem para a formação de uma cultura histórica que compreende as fazendas como ícones do desenvolvimento econômico do Brasil Império, sobretudo, no Segundo Reinado e associam a experiência africana à escravidão. O negro africano é inserido em um passado de submissão e violência ao mesmo tempo que se constrói um imaginário de riqueza e superioridade ao falar sobre a aristocracia cafeeira do oitocentos. Certamente, os roteiros organizados pela Ponte Alta e Arvoredo ainda exploram um passado do senso comum, mas é inegável que existe a tentativa de problematizar a presença dos africanos e seus descendentes no contexto espacial das fazendas do Vale ao tratar de aspectos que abordam a identidade cultural desses grupos. Isso não as torna melhor, nem pior em relação a abordagem acerca do passado histórico feito pelas demais fazendas, mas nos revela indícios de um possível diálogo com os saberes científicos produzidos na academia. Acredito ser esse um caminho importante para a produção de uma história pública que abandone discursos

unilaterais e construa percepções sobre o passado que não reforce discursos e comportamentos preconceituosos no tempo presente.

Portanto, o principal objetivo deste capítulo foi sistematizar as narrativas produzidas pelas visitas guiadas do conjunto de fazendas aqui abordado, a fim de apresentar e analisar a forma como o passado escravista está sendo construído e identificar caso a caso quais os aspectos do passado cafeeiro no Vale estão sendo abordados nos discursos de proprietários e guias turísticos das fazendas. Ao traçar o perfil de cada fazenda nos dias de hoje meu intuito foi de não apenas verificar quais são os contextos históricos ligados ao passado escravista que estão sendo apresentados ao grande público, mas também compreender de que forma essas mesmas fazendas se apresentam e querem ser vistas e entendidas pelos visitantes no tempo presente. Foi ainda a tentativa de observar como a história pública está sendo produzida na região, quais são alguns dos agentes envolvidos na organização de atividades culturais como as visitas guiadas e de analisar a maneira como o passado histórico é apropriado e apresentando ao grande público.

Ao fim e ao cabo, a principal expectativa deste trabalho foi de reunir um material que desse conta de apresentar a forma como o turismo histórico cultural no Vale vem mobilizando há um tempo a divulgação do passado histórico da região e colaborando para a formação histórica dos visitantes. Acredito que o conjunto de fazendas aqui selecionado, bem como a seleção de entrevistas com pesquisadores, guias e proprietários contribuíram para que chegássemos até aqui com a ideia de que as estratégias usadas para a divulgação do passado histórico pelos agentes envolvidos na organização das visitas guiadas foram mudando e aperfeiçoando a forma como os discursos são apresentados. Cada vez mais se percebe o comprometimento com a divulgação dos fatos históricos, vide a ação dos proprietários e guias em pesquisar e formar equipes de apoio com profissionais da área de história, seja por não querer associar a imagem da fazenda a discursos levianos, seja por cada vez mais se intensificar a ideia acerca da importância de se divulgar a história com responsabilidade. O grande desafio a meu ver é organizar narrativas que estejam ainda mais sintonizadas com a valorização das experiências africanas no contexto da escravidão no país.